

1. Contexto operacional

A Forjas Taurus S.A. ("Companhia") é uma companhia brasileira de capital aberto com sede em Porto Alegre - RS, cujas atividades consistem na fabricação e na comercialização de revólveres, pistolas civis e militares, munições e a participação em outras empresas. As empresas controladas dedicam-se à produção e comercialização de pistolas civis, óculos, industrialização de peças metálicas por encomenda, coletes balísticos, capacetes para motociclistas, produtos plásticos injetados, ferramentas para construção civil, mecânica, jardinagem e produtos congêneres, compra, venda e locação de imóveis próprios e de terceiros.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia e suas controladas operavam com seis plantas industriais, três delas localizadas no Estado do Rio Grande do Sul, uma no Estado do Paraná, uma no Estado da Bahia e uma localizada nos Estados Unidos da América.

As vendas da Companhia e suas controladas são substancialmente direcionadas a clientes privados no mercado externo, sobretudo localizados na América do Norte, e órgãos públicos no mercado interno, principalmente polícias estaduais, civis e militares. As vendas da Companhia e suas controladas não sofrem restrições e não possuem um grau de concentração que possa caracterizar dependência significativa de órgãos governamentais ou de qualquer outro cliente. Em razão das características específicas do mercado de armas e munições, a Companhia e suas controladas estão sob a supervisão e seguem as normas dos órgãos de segurança nacionais e estrangeiros em parte de suas operações.

As ações da Companhia, ON (FJTA3) e PN (FJTA4), são listadas na Bovespa desde março de 1982.

2. Base de consolidação

	País	Participação societária	
		2013	2012
Taurus Blindagens Ltda.*	Brasil	100,00%	100,00%
Taurus Blindagens Nordeste Ltda.*	Brasil	100,00%	100,00%
Taurus Holdings, Inc.	Estados Unidos	100,00%	100,00%
Taurus Security Ltda.	Brasil	100,00%	100,00%
Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda.	Brasil	100,00%	100,00%
Taurus Investimentos Imobiliários Ltda.*	Brasil	100,00%	100,00%
Famastil Taurus Ferramentas S.A.**	Brasil	35,00%	35,00%
Taurus Helmets Indústria Plástica Ltda.*	Brasil	100,00%	100,00%
Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda.	Brasil	100,00%	100,00%
Steelinject – Injeção de Aços Ltda.***	Brasil	-	100,00%

(*) As participações apresentadas representam o percentual detido pela Companhia, direta e indiretamente, no capital das controladas.

(**) Não consolidado.

(***) Em 30 de julho de 2013 foi deliberada a incorporação desta sociedade pela Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda.

2. Base de consolidação--Continuação

Venda das operações da controlada Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda.

Em 21 de junho de 2012, foi aprovada em reunião do Conselho de Administração a venda das operações da controlada Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda. para a empresa Renill Participações Ltda. A operação foi realizada através da venda da empresa SM Metalurgia Ltda., controlada da Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda. (Nota 8).

3. Base de preparação

a) Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As presentes demonstrações financeiras incluem as demonstrações financeiras consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) bem como, as demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com o BR GAAP.

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP e, para o caso da Companhia, essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para demonstrações financeiras separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas e coligada pelo método de equivalência patrimonial no BR GAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo e os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas sediadas no Brasil. A moeda funcional da controlada Taurus Holdings, Inc., sediada nos Estados Unidos da América, é o Dólar norte-americano.

3. Base de preparação--Continuação

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e os pronunciamentos do CPC exigem que a administração efetue julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e as informações sobre incertezas, premissas e estimativas estão incluídas nas seguintes notas explicativas: 13 – Ativos e passivos fiscais diferidos, 20 – Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários e 21 – Instrumentos financeiros.

A autorização para conclusão das demonstrações financeiras ocorreu na reunião de diretoria de 24 de março de 2014.

4. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente pelas empresas investidas da Companhia:

a) Base de consolidação

(i) *Combinações de negócios*

Como parte da transição para o IFRS e CPC a Companhia optou por não reapresentar as combinações de negócio anteriores a 1º de janeiro de 2009. Com relação a aquisições anteriores a 1º de janeiro de 2009 o ágio representa o montante reconhecido sob as práticas contábeis anteriormente adotadas. Estes intangíveis foram testados quanto à redução do seu valor recuperável na data de transição, conforme descrito na nota explicativa 4e(i).

4. Principais políticas contábeis--Continuação

a) Base de consolidação--Continuação

(i) *Combinações de negócios--Continuação*

Combinações de negócios, a partir de 1º de janeiro de 2009, são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida.

(ii) *Controladas*

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora, as participações em controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

(iii) *Investimento em coligada*

Refere-se às empresas nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle, sobre as políticas financeiras e operacionais.

O investimento na coligada é contabilizado por meio do método de equivalência patrimonial e é reconhecido inicialmente pelo custo. O investimento da Companhia inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (o ágio em coligada não é testado para redução do valor recuperável separadamente). As demonstrações financeiras consolidadas incluem receitas e despesas e variações patrimoniais da coligada, após a realização de ajustes para alinhar as suas políticas contábeis com aquelas da Companhia.

Apesar da influência significativa sobre as atividades econômicas e operacionais, as demonstrações financeiras da coligada Famastil Taurus Ferramentas S.A. não foram consolidadas em função da Companhia não atender aos critérios específicos do CPC 18 e IAS 28 para o reconhecimento do controle dessa empresa.

4. Principais políticas contábeis--Continuação

a) Base de consolidação--Continuação

(iv) *Transações eliminadas na consolidação*

Saldos e transações intra-companhia, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intra-companhia, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável do ativo (*impairment*).

b) Moeda estrangeira

(i) *Transações em moeda estrangeira*

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação.

(ii) *Operações no exterior*

Os ativos e passivos de operações no exterior, incluindo ágio e ajustes de valor justo são convertidos para Real às taxas de câmbio apuradas na data de apresentação. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas em Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações. Não existem operações em economias hiperinflacionárias.

4. Principais políticas contábeis--Continuação

b) Moeda estrangeira--Continuação

(ii) *Operações no exterior*--Continuação

As diferenças de moedas estrangeiras são reconhecidas em outros resultados abrangentes, e apresentadas no patrimônio líquido.

Ganhos ou perdas cambiais resultantes de item monetário a receber de, ou a pagar a uma operação no exterior, cuja liquidação não tenha sido planejada nem tenha probabilidade de ocorrer no futuro previsível e cuja essência seja considerada como fazendo parte do investimento líquido na operação no exterior, são reconhecidos em outros resultados abrangentes.

c) Instrumentos financeiros

(i) *Ativos financeiros não derivativos*

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa, equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber.

As aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas de contratação e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado são consideradas como equivalente de caixa.

Não houve mudança na política de determinação dos componentes de caixa e equivalentes de caixa nos exercícios divulgados.

A Companhia reconhece seus ativos financeiros na categoria de empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

4. Principais políticas contábeis--Continuação

c) Instrumentos financeiros--Continuação

(i) *Ativos financeiros não derivativos*--Continuação

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, ajustados por qualquer perda por redução ao valor recuperável.

(ii) *Passivos financeiros não derivativos*

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais liquidadas, canceladas ou vencidas.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, debêntures não conversíveis, limite de cheque especial bancário, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

(iii) *Instrumentos financeiros derivativos*

A Companhia mantém instrumentos derivativos de *hedge* financeiros para proteger suas exposições de risco de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados individualmente caso as características econômicas e riscos do contrato principal e o derivativo embutido não sejam intrinsecamente relacionados; ou um instrumento individual com as mesmas condições do derivativo embutido satisfaça à definição de um derivativo, e o instrumento combinado não é mensurado pelo valor justo por meio do resultado.

4. Principais políticas contábeis--Continuação

c) Instrumentos financeiros--Continuação

(iii) *Instrumentos financeiros derivativos*--Continuação

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo na data de cada balanço, e as variações no valor justo são registradas ao resultado.

Quando um instrumento financeiro derivativo não é mantido para negociação, e não é designado em um relacionamento de *hedge* que se qualifica, todas as variações em seu valor justo são reconhecidas imediatamente no resultado.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

d) Imobilizado

(i) *Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

A Companhia optou por reavaliar os ativos imobilizados pelo custo atribuído (*deemed cost*) na data de abertura do exercício de 2009. Os efeitos do custo atribuído, líquidos dos efeitos fiscais, aumentaram o ativo imobilizado tendo como contrapartida o patrimônio líquido.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra e de quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis para os quais a data de início para a capitalização seja 1º de janeiro de 2009 ou data posterior a esta.

4. Principais políticas contábeis--Continuação

d) Imobilizado--Continuação

(i) *Reconhecimento e mensuração-Continuação*

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

(ii) *Custos subsequentes*

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) *Depreciação*

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais adequadamente reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são aproximadamente as seguintes:

Edifícios	27 anos
Máquinas e equipamentos	15 a 20 anos
Matrizes e ferramentas	5 anos
Móveis	15 anos
Outros componentes	5 a 6 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

4. Principais políticas contábeis--Continuação

e) Ativos intangíveis

(i) *Ágio*

O ágio resultante da aquisição de investimentos, após as devidas alocações, é incluído nos ativos intangíveis. Na demonstração da controladora são apresentados no grupo de investimento.

Ágios gerados em combinações de negócios são classificados no intangível e foram determinados de acordo com as práticas contábeis vigentes à época de cada combinação, ajustado para a reclassificação de determinados intangíveis.

Mensuração subsequente

O ágio é medido pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Com relação à Companhia investida registrada por equivalência patrimonial, o valor contábil do ágio é incluído no valor contábil do investimento, e uma perda por redução ao valor recuperável em tal investimento não é alocada para nenhum ativo, incluindo o ágio, que faz parte do valor contábil da Companhia investida registrada por equivalência patrimonial. Não foram identificados fatores de risco que levassem a entender que há necessidade de constituição de provisão para perdas por *impairment* sobre o saldo de ágio reconhecido no balanço de 31 de dezembro de 2013.

(ii) *Pesquisa e desenvolvimento*

Gastos em atividades de pesquisa, realizados com a possibilidade de ganho de conhecimento e entendimento científico ou tecnológico, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Atividades de desenvolvimento envolvem um plano ou projeto visando a produção de produtos novos ou substancialmente aprimorados. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem técnica e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os gastos capitalizados incluem o custo de materiais, mão de obra, custos de fabricação que são diretamente atribuíveis à preparação do ativo para seu uso proposto, e custos de empréstimo nos ativos qualificáveis para os quais a data de início da capitalização é 1º de janeiro de 2009 ou posterior. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

4. Principais políticas contábeis--Continuação

e) Ativos intangíveis--Continuação

(ii) *Pesquisa e desenvolvimento*--Continuação

Os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

(iii) *Outros ativos intangíveis*

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

(iv) *Gastos subsequentes*

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(v) *Amortização*

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são aproximadamente as seguintes:

Custos de desenvolvimento	5 anos
Implantação de sistemas	5 anos

f) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia.

4. Principais políticas contábeis--Continuação

f) Contas a receber de clientes--Continuação

O cálculo do valor presente é efetuado para cada transação com base em uma taxa de juros que reflete o prazo, a moeda e o risco de cada transação. Durante o período a taxa média utilizada pela Companhia foi de aproximadamente 0,66% a.m. A contrapartida dos ajustes a valor presente no contas a receber dá-se contra a receita bruta no resultado. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do faturamento é considerada receita financeira e será apropriada com base nos métodos do custo amortizado e da taxa de juros efetiva ao longo do prazo de vencimento da transação.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

g) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio da média ponderada móvel (MPM) e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

Provisão para perda com estoques é registrada para produtos com baixo giro e para itens que apresentam preço de venda inferior ao custo de formação.

4. Principais políticas contábeis--Continuação

h) Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) *Ativos financeiros (incluindo recebíveis)*

A Companhia e suas controladas avaliam nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável. Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as contra partes (clientes, bancos e outros devedores) estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, *default* ou atraso de pagamento pode ser indicada por uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com *default*.

(ii) *Ativos não financeiros*

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ativos intangíveis em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado todo ano na mesma época.

4. Principais políticas contábeis--Continuação

h) Redução ao valor recuperável (*Impairment*)--Continuação

(ii) *Ativos não financeiros*--Continuação

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”). Para fins do teste do valor recuperável do ágio, o montante do ágio apurado em uma combinação de negócios é alocado à UGC ou a um grupo de UGCs para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado. Essa alocação reflete o menor nível no qual o ágio é monitorado para fins internos e não é maior que um segmento operacional determinado de acordo com o IFRS 8 e o CPC 22.

Os ativos corporativos da Companhia não geram entradas de caixa individualmente. Caso haja a indicação de que um ativo corporativo demonstre uma redução no valor recuperável, então o valor recuperável é alocado para a UGC ou grupo de UGCs à qual o ativo corporativo pertence numa base razoável e consistente.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. Perdas no valor recuperável relacionadas às UGCs são alocadas inicialmente para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado às UGCs, e então, se ainda houve perda remanescente, para reduzir o valor contábil dos outros ativos dentro da UGC ou grupo de UGCs em uma base *pro-rata*.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista.

4. Principais políticas contábeis--Continuação

h) Redução ao valor recuperável (*Impairment*)--Continuação

(ii) *Ativos não financeiros*--Continuação

Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

O ágio integrante do valor contábil de um investimento em uma coligada não é reconhecido individualmente e, portanto, não é testado para perda de valor recuperável separadamente. Ao invés disso, o valor total do investimento em uma coligada é testado para perda de valor como um ativo único quando há evidência objetiva de que o investimento em uma coligada possa demonstrar perda em seu valor recuperável.

i) Benefícios a empregados

Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de Previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

4. Principais políticas contábeis--Continuação

j) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

Contingências

A Sociedade é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência ou obrigação, e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Garantias

Uma provisão para garantias é reconhecida quando os produtos ou serviços são vendidos. A provisão é baseada em dados históricos de garantia e uma ponderação de todas as probabilidades de desembolsos.

k) Reconhecimento de receita

Venda de bens

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

4. Principais políticas contábeis--Continuação

k) Reconhecimento de receita--Continuação

Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos de investimentos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos nos instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

l) Impostos

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, à taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

4. Principais políticas contábeis--Continuação

l) Impostos—Continuação

Imposto de renda e contribuição social--Continuação

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável, e diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível. Além disso, imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Impostos sobre vendas

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pela seguintes alíquotas básicas:

	Alíquotas
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	0% a 25%
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados	0% a 45%
COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	3% e 7,6%
PIS – Programa de Integração Social	0,65% e 1,65%

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas.

4. Principais políticas contábeis--Continuação

m) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito, diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

n) Informação por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.

Os gastos de capital por segmento são os custos totais incorridos durante o período para a aquisição de imobilizado, e ativos intangíveis que não são ágios.

o) Demonstrações de valor adicionado e demonstrações dos fluxos de caixa

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme as normas contábeis aplicáveis às companhias abertas no Brasil, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 - R2 (IAS 7) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

4. Principais políticas contábeis--Continuação

p) Ativo não circulante mantido para a venda e resultado de operações descontinuadas

A Companhia classifica um ativo não circulante como mantido para a venda se o seu valor contábil será recuperado por meio de transação de venda. Para que esse seja o caso, o ativo ou o grupo de ativos mantido para venda deve estar disponível para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros para venda de tais ativos mantidos para venda. Com isso, a sua venda deve ser altamente provável.

Para que a venda seja altamente provável, a Administração deve estar comprometida com o plano de venda do ativo, e deve ter sido iniciado um programa firme para localizar um comprador e concluir o plano. Além disso, o ativo mantido para venda deve ser efetivamente colocado à venda por preço que seja razoável em relação ao seu valor justo corrente. Ainda, deve-se esperar que a venda seja concluída em até um ano a partir da data da classificação.

O grupo de ativos mantidos para a venda é mensurado pelo menor entre seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. Caso o valor contábil seja inferior ao seu valor justo, uma perda por *impairment* é reconhecida em contrapartida do resultado. Qualquer reversão ou ganho somente será registrado até o limite da perda reconhecida.

A depreciação dos ativos mantidos para negociação cessa quando um grupo de ativos é designado como mantido para a venda. Os ativos e passivos do grupo de ativos descontinuados são apresentados em linhas únicas de ativo e passivo.

4. Principais políticas contábeis--Continuação

q) Novas normas e interpretações ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2013

Listamos a seguir as normas emitidas que ainda não haviam entrado em vigor até a data da emissão das demonstrações financeiras da Companhia. A Administração pretende adotar tais medidas quando as mesmas se tornarem aplicáveis a Companhia.

- *IAS 32 Compensação entre Ativos e Passivos Financeiros:* Essas revisões clarificam o significado de “atualmente tiver um direito legalmente exequível de compensar os valores reconhecidos” e o critério que fariam com que os mecanismos de liquidação não simultâneos das câmaras de compensação se qualificassem para compensação. Essas revisões passarão a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014. A Companhia não espera que estas alterações sejam relevantes em suas demonstrações financeiras.
- *IFRS 9 Instrumentos Financeiros:* A IFRS 9, conforme emitida, reflete a primeira fase do trabalho do IASB sobre a substituição da IAS 39 e se aplica à classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros, conforme definido na IAS 39. A norma inicialmente se aplicava a exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, contudo as *Amendments to IFRS 9 Mandatory Effective Date of IFRS 9 and Transition Disclosures* (Alterações da IFRS 9 Data de Vigor Obrigatória da IFRS 9 e Divulgações de Transição), emitidas em dezembro de 2011, alteraram a data de aplicação para 1º de janeiro de 2015. Em fases subsequentes, o IASB abordará contabilidade de *hedge* e perda de valor recuperável de ativos financeiros.
- *IFRIC 21 Tributos:* Clarifica quando uma entidade deve reconhecer um passivo para um tributo quando o evento que gera o pagamento ocorre. Para um tributo que requer que seu pagamento se origine em decorrência do atingimento de alguma métrica, a interpretação indica que nenhum passivo deve ser reconhecido até que a métrica seja atingida. O IFRIC 21 passa a vigorar para exercícios findos em ou após 1º de janeiro de 2014. A Companhia não espera que o IFRIC 21 seja relevante em suas demonstrações financeiras.
- *IAS 39 Renovação de Derivativos e Continuação de Contabilidade de Hedge:* Essa revisão ameniza a descontinuação da contabilidade de *hedge* quando a renovação de um derivativo designado como *hedge* atinge certos critérios. Essas revisões passam a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014. A Companhia não renovou seus derivativos durante o exercício corrente. Contudo, essa revisão será aplicada nas futuras renovações de derivativos. Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido da Companhia. A Companhia não espera que estas alterações sejam relevantes em suas demonstrações financeiras.

4. Principais políticas contábeis--Continuação

r) Subvenções governamentais

As subvenções governamentais são reconhecidas quando existe segurança razoável de que as condições relacionadas serão atendidas e que as subvenções serão recebidas. São reconhecidas sistematicamente no resultado durante os períodos nos quais as companhias reconhecem como despesas os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar.

Apenas a controlada Taurus Blindagens Nordeste Ltda. possui subvenção governamental, denominada ICMS – *Desenvolve*. Em 2 e 3 de abril de 2005, foi publicada no Diário Oficial do Estado – DOE, a Resolução nº 118/2005, do Conselho Deliberativo do DESENVOLVE, que habilitou “*ad referendum*” do Plenário ao estabelecimento-sede localizado em Simões Filho/BA, concedendo-lhe os benefícios do Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia – DESENVOLVE, com a finalidade de implantação da indústria para produzir capacetes para segurança e escudos antitumulto, nos seguintes termos:

- Diferimento do lançamento e do pagamento do ICMS nas importações e nas aquisições neste Estado e em outra unidade da Federação, relativamente ao diferencial de alíquotas, de bens destinados ao ativo fixo, para o momento em que ocorrer sua desincorporação;
- Dilação de prazo de 72 (setenta e dois) meses para pagamento do saldo devedor do ICMS, relativo às operações próprias, gerado em razão dos investimentos previstos no projeto incentivado, conforme estabelecido na Classe I, da Tabela I, anexa ao Regulamento do DESENVOLVE;
- Concessão do prazo de 12 (doze) anos para fruição dos benefícios, contados a partir da publicação da Resolução concessiva no DOE.

No que tange à dilação de prazo de 72 (setenta e dois) meses, ocorrendo a antecipação do recolhimento da parcela com prazo dilatado, a Controlada terá como benefício um desconto de 90% (noventa por cento) sobre o valor passível de dilação, devendo recolher os 10% (dez por cento) restantes à título de ICMS.

A parcela correspondente ao desconto de 90% (noventa por cento) sobre o valor passível de dilação é registrada nos resultados dos exercícios, à rubrica de incentivos fiscais no grupo de outras receitas operacionais, e está mencionado na nota 25.

4. Principais políticas contábeis--Continuação

s) Caixa e equivalentes de caixa

Caixas e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com liquidez imediata, ou seja, resgatáveis no prazo de até três meses das datas de contratação, sem penalidades para a Companhia e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

t) Saques cambiais

Saques cambiais referem-se a adiantamento para contratos de câmbio ("ACC") ou pré-pagamento de exportações. São registradas pelo custo amortizado e valorizadas pela taxa de câmbio vigente na data do balanço. Esta rubrica inclui os valores adiantados e que ainda não tiveram faturas ("cambial") aplicadas e valores com cambiais já emitidas e entregue à contraparte. Os valores somente são baixados do passivo quando o cliente efetua o pagamento e liquida a cambial.

u) Pronunciamentos contábeis revisados em 2013

Em 2013 o CPC emitiu um conjunto de emendas e revisões de suas normas, com o objetivo de eliminar inconsistências e esclarecer dúvidas na redação. As principais alterações incluem o CPC 36 (R3) Demonstrações Consolidadas, o CPC 19 (R1) Negócios em Conjunto, o CPC 33 (R1) Benefícios a Empregados, o CPC 46 Mensuração do Valor Justo, e alterações ao CPC 26 (R1) Apresentação de Demonstrações Contábeis. Adicionalmente, a aplicação do CPC 45 Divulgação de Participações em Outras Entidades. A adoção dessas revisões não trouxe alterações às políticas contábeis da Companhia e não impactou seu desempenho ou a situação financeira.

v) Adiantamento de recebíveis

Nesta rubrica são registrados os recebíveis de controladas transferidos à terceiros.

5. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

5. Determinação do valor justo--Continuação

(i) Contas a receber de clientes e outros créditos

O valor justo de contas a receber e outros créditos é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação.

(ii) Derivativos

O valor justo de contratos de câmbio a termo é baseado no preço de mercado listado, caso disponível. Caso um preço de mercado listado não esteja disponível, o valor justo é estimado descontando da diferença entre o preço a termo contratual e o preço a termo corrente para o período de vencimento residual do contrato usando uma taxa de juros livre de riscos (baseada em títulos públicos). O valor justo de contratos de *swaps* de taxas de juros é baseado nas cotações de corretoras. Essas cotações são testadas quanto à razoabilidade através do desconto de fluxos de caixa futuros estimados baseando-se nas condições e vencimento de cada contrato e utilizando-se taxas de juros de mercado para um instrumento semelhante apurado na data de mensuração. Os valores justos refletem o risco de crédito do instrumento e incluem ajustes para considerar o risco de crédito da entidade da Companhia e contraparte quando apropriado.

(iii) Passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. Quanto ao componente passivo dos instrumentos conversíveis de dívida, a taxa de juros de mercado é apurada por referência a passivos semelhantes que não apresentam uma opção de conversão. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referência a contratos de arrendamento semelhantes.

6. Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez, risco de mercado e risco operacional.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas, incluindo as análises de sensibilidade, são divulgadas na nota 21.

6. Gerenciamento de risco financeiro--Continuação

(i) Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

A Administração acompanha o cumprimento das políticas e procedimentos de gerenciamento de riscos da Companhia, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia.

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes e em títulos de investimento. No que tange às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas somente realizam operações com instituições financeiras, consideradas pela Administração, como instituições de baixo risco.

(iii) Contas a receber de clientes e outros créditos

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. A Companhia e suas controladas adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. Para a receita da Companhia não há concentração de vendas para um único cliente, não havendo concentração de risco de crédito.

A Companhia estabeleceu uma política de crédito sob a qual todo o novo cliente tem sua capacidade de crédito analisada individualmente antes dos termos e das condições padrão de pagamento e entrega da Companhia serem oferecidos. A análise da Companhia inclui avaliações externas, quando disponíveis, e em alguns casos referências bancárias. Limites de compras são estabelecidos para cada cliente, que representam o montante máximo em aberto sem exigir a aprovação de crédito; estes limites são revisados trimestralmente. Clientes que falharem em cumprir com o limite de crédito estabelecido pela Companhia somente poderão operar quando houver a liquidação dos títulos. Para órgãos públicos a Administração da Companhia avalia individualmente a capacidade de pagamento e os requisitos licitatórios para realização da venda. A Companhia não tem clientes que individualmente representem mais que 5% das vendas.

6. Gerenciamento de risco financeiro--Continuação

(iii) Contas a receber de clientes e outros créditos--Continuação

No monitoramento do risco de crédito dos clientes, os clientes são agrupados de acordo com suas características de crédito, incluindo se são pessoa física ou jurídica, varejista ou órgãos públicos, localização geográfica, indústria e existência de dificuldades financeiras anteriores.

A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas com relação às contas a receber de clientes, outros créditos e investimentos.

(iv) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia poderá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Tipicamente, a Companhia garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período aproximado de 90 dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais. Além disso, a Companhia mantém linhas de crédito aprovadas, porém não contratadas, com os maiores bancos que operam no Brasil, em valores aproximados de R\$ 350.000 a prazos e taxas de mercado.

Adicionalmente, a controlada Taurus Holdings, Inc. possui linha de crédito no valor de USD 75.000 e, em 31 de dezembro de 2013, está utilizando USD 45.000 desta linha de crédito.

(v) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, afetem os resultados da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos e também cumpre com obrigações financeiras para gerenciar riscos de mercado. Todas estas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Administração.

6. Gerenciamento de risco financeiro--Continuação

(vi) Risco de moeda (cambial)

A Companhia está sujeita ao risco de moeda nas vendas, compras e empréstimos denominados em uma moeda diferente das respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia, em sua grande maioria o Real (R\$), mas também o Dólar Americano (USD). A moeda na qual estas transações são denominadas principalmente é o Real (R\$).

Em geral, a Companhia busca proteger sua exposição esperada de moeda estrangeira com relação às vendas previstas. A Companhia utiliza contratos de mercado futuro para proteger seu risco de moeda, a maioria com vencimento de menos de um ano da data das demonstrações financeiras. Quando necessário, os contratos de mercado futuro são renovados no vencimento.

Com relação a outros ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, a Companhia busca que sua exposição líquida seja mantida em um nível aceitável, comprando ou vendendo moedas estrangeiras a taxas à vista, quando necessário, para tratar instabilidades de curto prazo.

(vii) Risco de taxas de juros

A Companhia adota uma política de manter uma composição entre taxas de juros internas e externas sobre os empréstimos, mantendo desta forma 30% da dívida em dólares e 70% da dívida em reais.

(viii) Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia, e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

6. Gerenciamento de risco financeiro--Continuação

(viii) Risco operacional--Continuação

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta Administração dentro de cada unidade de negócio. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas: exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações, exigências para a reconciliação e monitoramento de operações, cumprimento com exigências regulatórias e legais, documentação de controles e procedimentos, exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados, exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas, desenvolvimento de planos de contingência, treinamento e desenvolvimento profissional, padrões éticos e comerciais, mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz.

O cumprimento com as normas da Companhia é apoiado por um programa de análises periódicas de responsabilidade da Auditoria Interna. Os resultados das análises da Auditoria Interna são discutidos com a Administração da unidade de negócios relacionada, com resumos encaminhados à alta Administração da Companhia.

(ix) Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total, excluindo ações preferenciais não resgatáveis e participações de não controladores.

A dívida líquida consolidada da Companhia em relação ao capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	2013	2012
Total do passivo	1.038.101	912.524
Menos: Caixa e equivalentes de caixa	(281.119)	(180.781)
Dívida líquida (A)	756.982	731.743
Total do patrimônio líquido (B)	145.993	201.780
Relação dívida líquida sobre patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 (A/B)	5,19	3,63

Não houve alterações na abordagem da Companhia à administração de capital durante o período. Nem a Companhia, nem suas controladas e coligada, estão sujeitas às exigências externas impostas de capital. A entidade gerencia os requisitos de capital de forma agregada.

7. Segmentos operacionais

A Companhia possui quatro segmentos divulgáveis, conforme descrito abaixo, que são as unidades estratégicas de negócio. As unidades estratégicas de negócio oferecem diferentes produtos e serviços e são administradas separadamente, pois exigem diferentes tecnologias e estratégias de *marketing*. Para cada uma das unidades de negócios estratégicas, a Administração analisa os relatórios internos ao menos uma vez por trimestre. O seguinte resumo descreve as operações em cada um dos segmentos reportáveis da Companhia:

Armas – o processo de produção de armas, por tratar-se de uma indústria preponderantemente metalúrgica, utiliza-se das seguintes fases básicas: forjamento (a partir de perfis chatos), usinagem (a partir de perfis chatos de aço e através de fresadoras, furadeiras, tornos, brochadeiras, etc.), MIM – *Metal Injection Molding* (peças injetadas em metal), montagem (manual), acabamento (basicamente polimento), tratamento térmico e superficial e montagem final (ajustes necessários); essas operações são realizadas pela Forjas Taurus S.A., e Taurus Holdings, Inc. e suas controladas.

Capacetes – o processo de produção de capacetes utiliza-se das seguintes fases: injeção (a partir do ABS – *Acrylonitrile Butadiene Styrene*), pintura e acabamento (a partir de peças já injetadas, através de processo de pintura manual e automatizada), costura (a partir de tecidos, espuma e chapas de policarbonatos, utilizando-se máquinas de corte, costura e balancim) e montagem final; essas operações são realizadas pela Taurus Blindagens Ltda., Taurus Blindagens Nordeste Ltda. e Taurus Helmets Indústria Plástica Ltda.

Máquinas – trata-se de desenvolvimento, fabricação e comercialização de máquinas operatrizes e de seus componentes; essas operações eram realizadas pela Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda. e sua controlada SM Metalurgia Ltda. A operação foi alienada em junho de 2012, através da venda da SM Metalurgia Ltda. A Taurus Máquinas ainda apresenta resultado em função de venda de estoques residuais, gastos com assistência técnica e despesas financeiras.

Outros – resultado do segmento de forjados (Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda.); coletes antibalístico e produtos plásticos (Taurus Blindagens Ltda.). Inclui também outras operações como a fabricação e venda de óculos, escudos antitumulto e prestação de serviços. Nenhum destes segmentos operacionais atingiu qualquer um dos limites quantitativos para determinar segmentos divulgáveis em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

7. Segmentos operacionais--Continuação

Informações referentes aos resultados de cada segmento reportável estão incluídas abaixo. O desempenho é avaliado com base no lucro do segmento antes do imposto de renda e contribuição social, como incluído nos relatórios internos da administração que são analisados pela Administração da Companhia. O lucro do segmento é utilizado para avaliar o desempenho, uma vez que a Administração acredita que tal informação é mais relevante na avaliação dos resultados de certos segmentos relativos a outras entidades que operam nestas indústrias. A precificação de transações entre os segmentos é determinada com base em termos do mercado.

7. Segmentos operacionais--Continuação

A conciliação de receitas, lucros e prejuízos, ativos, passivos e outros itens materiais de segmentos divulgáveis está divulgada a seguir:

	Armas		Capacetes		Máquinas (descontinuada)		Outros		Total	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Receitas externas	621.190	516.471	127.565	121.508	3.874	19.551	54.711	52.848	807.340	710.378
Receitas intersegmentos	-	-	494	3.047	-	-	82.819	108.886	83.313	111.933
Custos das vendas	(426.209)	(317.532)	(81.972)	(73.995)	(3.631)	(27.654)	(53.807)	(25.917)	(565.619)	(445.098)
Lucro (prejuízo) bruto	194.981	198.939	46.087	50.560	243	(8.103)	83.723	135.817	325.034	377.213
Despesas com vendas	(90.205)	(64.548)	(20.133)	(17.914)	(10.784)	(8.533)	(5.144)	(4.139)	(126.266)	(95.134)
Despesas gerais e administrativas	(62.102)	(52.100)	(3.132)	(2.596)	(3.690)	(2.668)	(4.751)	(2.075)	(73.675)	(59.439)
Depreciação e amortização	(4.026)	(4.133)	(185)	(214)	-	-	(1.425)	(1.470)	(5.636)	(5.817)
Outras receitas (despesas)										
operacionais, líquidas	(4.681)	(7.824)	1.440	1.694	(11.710)	(130.575)	(3.815)	(16.799)	(18.766)	(153.504)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	-	(1.349)	875	(1.349)	875
	(161.014)	(128.605)	(22.010)	(19.030)	(26.184)	(141.776)	(16.484)	(23.608)	(225.692)	(313.019)
Lucro (prejuízo) operacional	33.967	70.334	24.077	31.530	(25.941)	(149.879)	67.239	112.209	99.342	64.194
Receitas financeiras	86.029	78.343	6.961	6.102	4.780	4.005	4.366	3.660	102.136	92.110
Despesas financeiras	(150.869)	(121.782)	(6.623)	(3.469)	(5.451)	(7.893)	(12.788)	(7.391)	(175.731)	(140.535)
Resultado financeiro líquido	(64.840)	(43.439)	338	2.633	(671)	(3.888)	(8.422)	(3.731)	(73.595)	(48.425)
Resultado por segmento divulgável antes do imposto de renda e contribuição social	(30.873)	26.895	24.415	34.163	(26.612)	(153.767)	58.817	108.478	25.747	15.769
Eliminação das receitas intersegmentos	-	-	(494)	(3.047)	-	-	(82.819)	(108.886)	(83.313)	(111.933)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(30.873)	26.895	23.921	31.116	(26.612)	(153.767)	(24.002)	(408)	(57.566)	(96.164)
Imposto de renda e contribuição social	(18.775)	(6.971)	(3.634)	(6.530)	(651)	836	316	(8.381)	(22.744)	(21.046)
Resultado líquido do exercício	(49.648)	19.924	20.287	24.586	(27.263)	(152.931)	(23.686)	(8.789)	(80.310)	(117.210)
Ativos dos segmentos divulgáveis	761.299	668.116	162.901	213.900	5.135	40.463	254.759	191.825	1.184.094	1.114.304
Passivos dos segmentos divulgáveis	788.295	664.803	60.661	75.605	43.359	69.835	145.786	102.281	1.038.101	912.524

7. Segmentos operacionais--Continuação

Conciliação da receita e do lucro de segmentos divulgáveis

	2013	2012
Receita		
Receita total de segmentos divulgáveis	807.340	710.378
Eliminação de operações descontinuadas*	-	(9.407)
Receita consolidada	807.340	700.971
Resultado antes dos impostos		
Resultado antes dos impostos dos segmentos reportáveis	(57.566)	(96.164)
Eliminação de operações descontinuadas*	-	135.778
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(57.566)	39.614

* Inclui operações residuais ocorridas após a data da venda das operações.

Segmentos geográficos

Na apresentação com base em segmentos geográficos, a receita do segmento é baseada na localização geográfica do cliente.

	Armas	
	2013	2012
Mercado interno		
Região Sudeste	21.165	32.962
Região Sul	23.378	19.741
Região Nordeste	18.747	33.738
Região Norte	6.086	6.178
Região Centro-Oeste	10.173	14.696
	79.549	107.315
Mercado externo		
Estados Unidos	511.482	360.783
Argentina	434	2.085
Filipinas	1.304	3.132
Tailândia	488	923
Paquistão	1.749	3.192
Haiti	4.050	5.523
Chile	1.060	11.328
Honduras	-	3.548
Austrália	1.714	2.009
Colômbia	3.689	-
Outros países	15.671	16.633
	541.641	409.156
	621.190	516.471

7. Segmentos operacionais--Continuação

Segmentos geográficos--Continuação

	Capacetes	
	2013	2012
Mercado interno		
Região Sudeste	31.919	37.000
Região Sul	6.211	4.440
Região Nordeste	39.634	33.924
Região Norte	28.702	25.864
Região Centro-Oeste	20.681	19.507
	127.147	120.735
Mercado externo		
Bolívia	29	26
Colômbia	-	4
Paraguai	364	685
Peru	25	-
Uruguai	-	58
	418	773
	127.565	121.508

	Máquinas (descontinuada)	
	2013	2012
Mercado interno		
Região Sudeste	2.235	9.308
Região Sul	1.639	10.232
Região Norte	-	-
	3.874	19.540
Mercado externo		
Estados Unidos	-	11
	-	11
	3.874	19.551

Os outros segmentos do Grupo possuem suas vendas concentradas no mercado interno e bastante pulverizadas por todas as regiões do Brasil.

As vendas da Companhia e suas controladas não sofrem restrições e não possuem um grau de concentração que possa caracterizar dependência significativa de órgãos governamentais ou de qualquer outro cliente.

Não há itens não caixa relevantes, exceto depreciação e amortização, a serem reportados nas informações por segmento.

8. Ativos e passivos mantidos para venda e operações descontinuadas

a) Alienação do ativo TMFL – Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda.

Em setembro de 2011 a Administração decidiu pela alienação da controlada Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda. A partir daquela data, a participação na controlada Taurus Máquinas foi reconhecida pelo método de equivalência patrimonial e reclassificada para ativos mantidos para venda nas demonstrações financeiras individuais. Os ativos e passivos relacionados a essa controlada foram classificados, nas demonstrações financeiras consolidadas, como “mantido para venda”. Os seus resultados passaram a ser destacados em linha específica na demonstração de resultados. Provisão para perda com redução no valor recuperável de ativos foi registrada para os ativos que apresentaram valor contábil superiores aos valores justos, menos despesas para vendas. A tabela abaixo demonstra os saldos das transações classificadas como atividade descontinuada até a venda das atividades de máquinas pelo Grupo.

	2013	2012
Prejuízo do período das operações descontinuadas		
Receitas	-	19.733
Despesas	-	(154.724)
Prejuízo do exercício das operações descontinuadas	-	(134.991)

Em 21 de junho de 2012 a Forjas Taurus S.A. concluiu a venda das atividades operacionais da Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda. (“TMFL”) para a Renill Participações Ltda. (“RPL”), conforme Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças (“Contrato”) assinado entre as partes.

A empresa vendedora foi a Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda. (“TMFL”), com a anuência da Wotan Máquinas Ltda. e da Taurus Investimentos Imobiliários Ltda. (“TIIL”), por meio da constituição de uma empresa denominada SM Metalurgia Ltda. (“SML”) cujo capital subscrito no valor de R\$ 115.350, representando o montante final da alienação, mediante integralização de bens imóveis, máquinas e estoques.

Com o pagamento de dívida, de capitalização e de dação em pagamento, da Wotan Máquinas Ltda. e da Taurus Investimentos Imobiliários Ltda., a Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda. passou a deter a totalidade das quotas da SM Metalurgia Ltda., ficando o compromisso de venda e o compromisso de compra pela Renill Participações Ltda. de adquirir a totalidade das quotas pelo preço de R\$ 115.350.

8. Ativos e passivos mantidos para venda e operações descontinuadas--Continuação

a) Alienação do ativo TMFL – Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda. --Continuação

Repactuação

Em 12 de agosto de 2013 a Administração da Companhia recebeu da Renill Participações Ltda. ("RPL") pedido de repactuação das condições da negociação do Contrato de Promessa de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças, relativo à alienação da controlada SM Metalurgia Ltda. ("SML").

Em 12 de setembro de 2013 a Companhia divulgou um Fato Relevante para anunciar que concluiu a revisão das condições do Contrato, relativo à alienação da controlada SML, por meio da assinatura de aditivo ao Contrato após a avaliação dos termos avençados originalmente.

As Partes repactuaram o preço de venda e as condições de pagamento, ajustando o valor global do Contrato relativo à alienação da controlada SML para R\$ 57.520, a ser pago da seguinte forma:

- (a) 1ª parcela, no valor de R\$ 1.960, devidamente corrigida pela TJLP e acrescida de juros de 1,8% ao ano, será paga pela RPL, por meio da SML, com o fornecimento de peças na prestação de serviços de garantia das máquinas fabricadas por TMFL, bem como o fornecimento de peças e componentes para qualquer empresa do Grupo Taurus;
- (b) 2 parcelas no valor de R\$ 2.055 cada, devidamente corrigidas pela TJLP e acrescidas de juros de 1,8% ao ano, uma com vencimento em 30/06/2014 e outra com vencimento em 30/12/2014; e
- (c) saldo, em 14 parcelas semestrais, com vencimento a partir de 30/06/2015, devidamente corrigidas pela TJLP e acrescidas de juros de 1,8% ao ano, no valor de R\$ 3.675 cada parcela.

A correção pela TJLP e juros de 1,8% ao ano incidirá desde a data da assinatura do Contrato de Promessa de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças, realizada em junho de 2012.

A Companhia tem registrado uma provisão adicional para perda em 31 de dezembro de 2013 no valor de R\$ 62.991 tendo em vista que: i) entende ter havido deterioração das condições de crédito; ii) ainda não concluiu a formalização plena das garantias da operação; iii) pelo fato do comprador ser uma empresa Limitada não há informações atualizadas disponíveis para avaliar sua presente situação econômico financeira.

8. Ativos e passivos mantidos para venda e operações descontinuadas--Continuação

a) Alienação do ativo TMFL – Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda. --Continuação

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o saldo a receber pela venda das operações da TMFL está registrado da seguinte forma:

	2013	2012
Valor da venda	115.350	115.350
Atualização monetária do contrato	6.052	3.224
Ajuste de preço	(57.830)	(57.830)
Saldo a receber	63.572	60.744
Provisão adicional para perda	(62.991)	(60.744)
Total *	581	-

(*) Montante registrado na rubrica de outras contas a receber no ativo circulante.

b) Desativação da linha de Produção e Prestação de Serviços de Forjaria para Terceiros

Ao final de 2013 a Administração da Companhia, alinhada com as mudanças estruturais e na estratégia de concentrar esforços nos segmentos de maior valor agregado, decidiu pela desativação da linha de produção e prestação de serviços de forjaria para terceiros da Controlada Polimetal. As máquinas e equipamentos foram disponibilizados para a venda, tendo sido registradas em rubrica específica nas demonstrações financeiras. O saldo em 31 de dezembro de 2013 totaliza R\$ 5.588, representado pelo o menor entre o saldo contábil e o valor justo, deduzido dos custos de venda. As receitas de serviço da forjaria a terceiros representam menos de 5% das vendas da Companhia. As demais atividades industriais da Polimetal continuam normalmente.

9. Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Controladora	
	2013	2012	2013	2012
Saldo em caixa	1.226	2.070	1.165	2.013
Depósitos à vista	205.438	26.874	2.937	2.667
Aplicações financeiras	74.455	151.837	23.772	96.880
Caixa e equivalentes de caixa	281.119	180.781	27.874	101.560

As aplicações financeiras são remuneradas por taxas variáveis de 98 a 104% do CDI em 2013 (98 a 103% do CDI em 2012) tendo como contraparte instituições financeiras consideradas pela Administração como de primeira linha.

10. Clientes

	Consolidado		Controladora	
	2013	2012	2013	2012
Clientes no país	75.930	80.844	17.534	27.695
Clientes - partes relacionadas no país	-	-	3.088	3.216
Clientes no exterior	103.884	87.396	6.406	16.255
Clientes - partes relacionadas no exterior	-	-	148.215	13.379
	179.814	168.240	175.243	60.545
Provisão para créditos de liquidação duvidosa no país	(14.853)	(14.794)	(3.589)	(2.736)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa no exterior	(3.301)	(4.599)	(6)	(6)
	(18.154)	(19.393)	(3.595)	(2.742)
Total	161.660	148.847	171.648	57.803

A exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas a clientes e a outras contas, incluindo a abertura do contas a receber por idade de vencimento, são divulgadas na nota explicativa 21. A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(6.419)	(2.669)
Adições	(14.894)	(75)
Reversão de provisão para crédito de liquidação duvidosa	1.920	2
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(19.393)	(2.742)
Adições	(3.822)	(1.603)
Reversão de provisão para crédito de liquidação duvidosa	5.061	750
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(18.154)	(3.595)

11. Estoques

	Consolidado		Controladora	
	2013	2012	2013	2012
Produtos acabados	121.861	156.197	35.946	51.108
Produtos em elaboração	47.412	56.054	25.980	31.424
Matéria prima	42.166	48.257	13.575	14.503
Materiais auxiliares e de manutenção	7.350	9.793	5.201	7.338
Provisão para perda com estoque	(520)	(8.774)	-	(422)
	218.269	261.527	80.702	103.951

A movimentação da provisão para perda de estoques é assim demonstrada:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(8.774)	(422)
Adições	(520)	-
Reversão	1.214	422
Realização	7.560	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(520)	-

12. Impostos a recuperar

	Consolidado		Controladora	
	2013	2012	2013	2012
ICMS	6.742	7.904	1.260	2.068
IPI	1.242	7.748	328	6.273
PIS	3.910	3.359	3.636	2.719
COFINS	19.075	15.621	17.536	12.683
Imposto de renda e contribuição social	6.995	9.721	3.294	7.469
Total	37.964	44.353	26.054	31.212
Circulante	35.785	39.428	25.195	29.567
Não circulante	2.179	4.925	859	1.645

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

O saldo é composto por créditos apurados nas operações mercantis e de aquisição de bens integrantes do ativo imobilizado, gerados nas unidades produtoras e comerciais da Companhia e suas controladas.

PIS e COFINS

O saldo é composto por valores de créditos originados da cobrança não cumulativa do PIS e da COFINS, apurados nas operações mercantis e nas operações de aquisição de bens integrantes do ativo imobilizado. O saldo também é composto por valores de créditos de PIS e COFINS oriundos do incentivo fiscal Reintegra – Lei 12.546/2011.

IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados

O saldo compõe-se substancialmente de valores originados das operações mercantis.

Imposto de renda e contribuição social

Corresponde ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras e antecipações no recolhimento de imposto de renda e contribuição social realizáveis mediante a compensação com impostos e contribuições federais a pagar.

13. Ativos e passivos fiscais diferidos

O montante registrado passível de compensação refere-se ao valor de imposto de renda diferido ativo e passivo ao qual a entidade tem o direito legal de compensação e ao qual pretende realizar em base líquida.

13. Ativos e passivos fiscais diferidos--Continuação

Impostos diferidos de ativos e passivos foram atribuídos da seguinte forma:

	Consolidado	
	2013	2012
Sobre diferenças temporárias ativas, prejuízo fiscal e bases negativas		
Provisão para comissões sobre vendas	586	1.061
Ajuste a valor presente	432	311
Provisão processos trabalhistas	2.094	874
Provisão para perdas por não ressarcimento de seguros	782	782
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.677	2.152
Provisão para garantia de produtos	2.775	361
Provisão para riscos judiciais	842	-
Ajuste receitas diferidas	1.183	-
Instrumentos financeiros derivativos	3.338	2.965
Prejuízo fiscal e base negativa CSLL	42.665	42.735
Estoques – lucros não realizados	5.433	8.816
Outros itens	2.111	137
	64.918	60.194
Sobre diferenças temporárias passivas		
Ajuste de avaliação patrimonial	(3.097)	(2.918)
Diferença de base de depreciação	(7.772)	(6.757)
Alocação de ágio	(6.058)	-
Encargos financeiros	(1.155)	(915)
Instrumentos financeiros derivativos	(15.344)	(11.332)
	(33.426)	(21.922)
Total ativo e passivo, líquido	31.492	38.272
Classificadas no ativo não circulante	44.364	44.049
Classificadas no passivo não circulante	(12.872)	(5.777)

	Controladora	
	2013	2012
Sobre diferenças temporárias ativas, prejuízo fiscal e bases negativas		
Provisão para comissões sobre vendas	547	790
Ajuste a valor presente	342	804
Provisão processos trabalhistas	1.390	603
Provisão para perdas por não ressarcimento de seguros	782	782
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	598	459
Provisão para garantia de produtos	1.217	-
Instrumentos financeiros derivativos	3.064	2.544
Prejuízo fiscal e base negativa CSLL	7.000	7.000
Outros itens	1.183	137
	16.123	13.119
Sobre diferenças temporárias passivas		
Ajuste de avaliação patrimonial	(1.454)	(1.743)
Diferença de base de depreciação	(1.663)	(1.640)
Encargos financeiros	(1.128)	(890)
Instrumentos financeiros derivativos	(15.334)	(11.194)
	(19.579)	(15.467)
Total ativo e passivo, líquido	(3.456)	(2.348)
Classificadas no passivo não circulante	(3.456)	(2.348)

Variação dos impostos diferidos:

	Consolidado	Controladora
Saldo inicial de impostos diferidos	38.272	(2.348)
Alocado ao resultado (Nota 27)	(1.326)	(610)
Revertido do patrimônio líquido (Nota 21.iv)	(498)	(498)
Alocado ao ágio de consolidação	(5.366)	-
Efeito das variações das taxas de câmbio	410	-
Saldo final de impostos diferidos	31.492	(3.456)

13. Ativos e passivos fiscais diferidos--Continuação

Como parte da reestruturação societária, ocorrida em 04 de julho de 2011, que trata do aproveitamento dos benefícios econômicos e estratégicos de mercado para novos segmentos, a Administração da Companhia considerou a existência dos saldos acumulados de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro líquido registrada na controlada Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda. para o registro de ativo fiscal diferido. O registro contábil foi realizado quando se tornou provável que no futuro haverá lucro tributável suficiente para compensar esses prejuízos. A avaliação da existência de lucro tributável futuro foi fundamentada na atividade operacional a ser executada pela controlada no novo segmento de mercado "Segmento Polimetal", o qual passou a ser responsável por parcela significativa das operações do Grupo.

A controladora apresentou prejuízo fiscal e base negativa no ano de 2013 e 2012. Os estudos de resultados futuros demonstram que haverá lucros tributáveis futuros para o aproveitamento de tais créditos e, conseqüentemente, a Companhia registrou ativo diferido até o montante realizável conforme seu estudo de rentabilidade tributária futura.

As projeções indicam que o saldo de créditos tributários registrados contabilmente na controladora Forjas Taurus S.A. e na controlada Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda. serão absorvidos por lucros tributáveis estimados para os próximos 10 anos, conforme demonstrado abaixo:

Exercício	Consolidado		Controladora	
	Total	% de participação	Total	% de participação
2014	2.138	5,00%	-	-
2015	2.981	6,98%	-	-
2016	3.545	8,30%	-	-
2017	5.408	12,65%	1.415	20,21%
2018	7.850	18,36%	3.356	47,94%
2019	7.563	17,70%	2.229	31,85%
2020	6.686	15,65%	-	-
2021	6.494	15,36%	-	-
Total	42.665	100,00%	7.000	100,00%

O valor do prejuízo fiscal e base da contribuição social negativa sobre os quais não se registram impostos diferidos totalizam, no consolidado, R\$ 296.978 (R\$ 215.835 em 2012) e na controladora R\$ 45.708 (R\$ 13.989 em 2012).

Os principais saldos de prejuízo fiscais e bases negativas se encontram na controlada Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda. Os créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social não reconhecidos contabilmente por esta controlada totalizam R\$ 76.988 (R\$ 68.553 em 2012). O imposto de renda e contribuição social sobre os saldos de prejuízo fiscal e base de contribuição social negativa serão reconhecidos à medida que houver evidências de que sua realização seja provável em um futuro previsível.

14. Antecipação de créditos imobiliários

Em 11 de agosto de 2008, a controlada Taurus Investimentos Imobiliários Ltda. celebrou junto à CIBRASEC – Companhia Brasileira de Securitização, diversos contratos destinados a promover a securitização de recebíveis imobiliários, decorrentes de contratos de locação firmados pelo prazo de 7 (sete) anos com a Companhia e sociedades por esta controladas, no montante aproximado de R\$ 51.000, líquido de R\$ 2.272 relativos às comissões com a estruturação da operação.

Em representação dos créditos imobiliários decorrentes dos mencionados contratos de locação, a Empresa emitiu Cédulas de Créditos Imobiliários – CCI, cedendo-as, onerosamente, à CIBRASEC – Companhia Brasileira de Securitização, que os utilizou como lastro para a emissão de duas séries de Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI. Estes certificados possuem prazos e datas de vencimentos mensais fixos, sendo que o primeiro vencimento ocorreu em 15 de setembro de 2008 e o último ocorrerá em 15 de julho de 2015. Em 31 de dezembro de 2013 o saldo total atualizado é de R\$ 19.606 e encontra-se integralmente classificado no passivo circulante, em função do não atendimento dos *covenants*. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo era de R\$ 28.711 classificado também no passivo circulante. O montante reclassificado para o passivo circulante por não atendimento de *covenants* totaliza R\$ 8.548 em 2013 (R\$ 19.606 em 2012).

15. Investimentos

	Controladora									
	Taurus Blindagens Ltda.	Taurus Blindagens Nordeste Ltda.	Taurus Holdings Inc.	Taurus Security Ltda. (1)	Taurus Investimentos Imobiliários Ltda.	Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda.	Taurus Máquinas- Ferramenta Ltda.(1)	Famastil Taurus Ferramentas S.A. (2)	2013	2012
Ativo circulante	65.358	22.047	419.424	60	6.196	85.278	6.085	80.111		
Ativo não circulante	90.057	17.395	71.745	241	64.383	233.300	362	34.793		
Passivo circulante	19.019	8.163	201.214	3	30.043	89.406	20.568	45.155		
Passivo não circulante	18.308	9.702	96.956	547	12.377	42.005	43.556	35.522		
Capital social	80.209	9.400	714	100	39.917	210.000	233.000	20.000		
Patrimônio líquido	121.666	21.715	192.999	(249)	28.159	224.765	(57.677)	34.226		
Receita líquida	78.498	23.787	511.482	-	11.122	106.338	3.874	102.685		
Lucro líquido do exercício	18.255	4.510	27.158	-	(5.497)	(20.232)	(27.356)	(3.742)		
Quantidade de ações/quotas	648	1	302.505	100.000	21.414.136	209.999.999	124.368.143	-		
Percentual de participação direta (%)	0,01%	0,10%	100%	100%	75,24%	100%	53,38%	-		
Saldos iniciais	1	17	132.564	-	-	161.572	-	2.215	296.369	321.852
Integralização de capital (4)	-	-	-	-	1.686	-	124.368	-	126.054	73.414
Resultado da equivalência patrimonial de operações continuadas (3)	-	5	30.256	-	(4.182)	(22.405)	(4.162)	-	(488)	25.787
Resultado da equivalência patrimonial de operações descontinuadas (3)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(134.991)
Resultado da equivalência patrimonial de exercício anterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2)
Transações de capital	-	-	-	-	52.272	98.719	(150.991)	-	-	-
Perda de capital em Investimentos	-	-	-	-	(106)	-	-	-	(106)	(450)
Variação cambial sobre investimentos	-	-	23.879	-	-	-	-	-	23.879	11.527
Dividendos recebidos	-	-	-	-	-	(17.000)	-	-	(17.000)	(29.975)
Reclassificado para provisão para passivo a descoberto (1)	-	-	-	-	(29.206)	-	30.785	-	1.579	29.207
Saldos finais (3)	1	22	186.699	-	20.464	220.886	-	2.215	430.287	296.369

- (1) O passivo a descoberto da controlada Taurus Security Ltda. no valor de R\$ 249 e da controlada Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda. no valor de R\$ 30.785 estão registrados na rubrica "Outras contas a pagar" no passivo circulante.
- (2) Em 20 de dezembro de 2011, o investimento na controlada Famastil Taurus Ferramentas S.A. foi transferido para a controlada Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda. como parte da reestruturação societária ocorrida em 2011. O valor de R\$ 2.215, refere-se a ágio sobre investimento na Famastil Taurus Ferramentas S.A. que permanece na Forjas Taurus S.A.
- (3) Para fins de apuração dos valores de investimento, o valor do patrimônio líquido e do resultado de cada investida é ajustado pelos lucros não realizados em transações entre as empresas.
- (4) O aumento de capital na controlada Taurus Investimentos Imobiliários Ltda. no valor de R\$ 1.686 foi realizado com caixa. A integralização de capital da controlada Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda. no valor de R\$ 124.368 foi realizado com capitalização de mútuo.

15. Investimentos--Continuação

As demonstrações financeiras consolidadas da Taurus Holdings, Inc., controlada no exterior, apresentam um ativo total de R\$ 491.169 em 2013 (R\$ 301.453 em 2012) e um passivo circulante e não circulante de R\$ 298.170 em 2013 (R\$ 159.490 em 2012). A Taurus Holdings, Inc., localizada no estado da Florida, Estados Unidos, é controladora da Taurus International Manufacturing Inc., da Braztech International L.C. e de outras subsidiárias localizadas também em território norte-americano, atuando principalmente na revenda de armas importadas da Forjas Taurus S.A., destinadas a atacadistas naquele mercado. As receitas líquidas consolidadas totais da Taurus Holdings, Inc. apuradas em 2013 foram equivalentes a R\$ 511.482 (R\$ 363.473 em 2012) e o lucro líquido equivalente a R\$ 27.158 em 2013 (R\$ 13.856 em 2012).

	Consolidado
	Famastil Taurus
	Ferramentas S.A.
Ativo circulante	80.111
Ativo não circulante	34.792
Passivo circulante	45.155
Passivo não circulante	35.522
Capital social	20.000
Patrimônio líquido	34.226
Receita líquida	102.685
Prejuízo do exercício	(3.854)
Quantidade de ações/quotas	7.000.000
Percentual de participação direta (%)	35%
SalDOS iniciais (1)	15.543
Resultado da equivalência patrimonial	(1.349)
SalDOS finais (1)	14.194

⁽¹⁾ Inclui ágio pago na aquisição do investimento de R\$ 2.215.

16. Imobilizado

	Consolidado							
	Terrenos, edifícios e instalações	Máquinas e equipamentos	Matrizes e ferramentas	Móveis e computadores	Veículos	Imobilizado em andamento	Adiantamentos a fornecedores	Total
Custo ou custo atribuído								
Saldo em 31 de dezembro de 2012	108.297	184.560	44.194	23.499	3.964	25.753	7.288	397.555
Adições	1.041	3.614	140	1.084	90	21.431	(1.129)	26.271
Alienações	(360)	(3.576)	(283)	(7.489)	(759)	(262)	(110)	(12.839)
Transferências de bens em construção	1.086	13.281	4.114	931	-	(19.412)	-	-
Efeito das variações das taxas de câmbio	4.846	3.315	-	498	17	-	-	8.676
Alocação PPA Heritage	-	350	-	-	-	-	-	350
Transferência para bens mantidos para venda	-	(9.957)	-	-	-	-	-	(9.957)
Transferências para outros grupos	-	(863)	-	-	-	963	-	100
Saldo em 31 de dezembro de 2013	114.910	190.724	48.165	18.523	3.312	28.473	6.049	410.156
Depreciação								
Saldo em 31 de dezembro de 2012	11.281	70.442	22.700	12.677	1.970	-	-	119.070
Depreciação no exercício	3.500	18.297	6.677	3.003	740	-	-	32.217
Alienações	(142)	(2.983)	(267)	(4.459)	(315)	-	-	(8.166)
Alocação PPA Heritage	-	143	-	-	-	-	-	143
Transferência para bens mantidos para venda	-	(4.369)	-	-	-	-	-	(4.369)
Efeito das variações das taxas de câmbio	726	1.644	-	394	13	-	-	2.777
Saldo em 31 de dezembro de 2013	15.365	83.174	29.110	11.615	2.408	-	-	141.672
Valor contábil								
Em 31 de dezembro de 2012	97.016	114.118	21.494	10.822	1.994	25.753	7.288	278.485
Em 31 de dezembro de 2013	99.545	107.550	19.055	6.908	904	28.473	6.049	268.484

16. Imobilizado--Continuação

	Controladora							
	Terrenos, edifícios e instalações	Máquinas e equipamentos	Matrizes e ferramentas	Móveis e computadores	Veículos	Imobilizado em andamento	Adiantamentos a fornecedores	Total
Custo ou custo atribuído								
Saldo em 31 de dezembro de 2012	2.426	58.825	22.070	7.267	2.499	6.980	374	100.441
Adições	-	137	44	179	90	7.141	(368)	7.223
Alienações	-	(1.327)	(17)	(63)	(732)	-	-	(2.139)
Transferências de bens em construção	714	5.342	2.128	738	-	(8.922)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	3.140	62.977	24.225	8.121	1.857	5.199	6	105.525
Depreciação								
Saldo em 31 de dezembro de 2012	459	22.313	10.468	3.749	1.118	-	-	38.107
Depreciação no período	275	5.784	3.635	971	454	-	-	11.119
Alienações	-	(698)	(3)	(53)	(326)	-	-	(1.080)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	734	27.399	14.100	4.667	1.246	-	-	48.146
Valor contábil								
Em 31 de dezembro de 2012	1.967	36.512	11.602	3.518	1.381	6.980	374	62.334
Em 31 de dezembro de 2013	2.406	35.578	10.125	3.454	611	5.199	6	57.379

Imobilizado em andamento

O saldo de imobilizado em andamento no valor de R\$ 5.199 na controladora e R\$ 28.473 no consolidado em 2013 (R\$ 6.980 e R\$ 25.753 em 2012, respectivamente) refere-se a máquinas e equipamentos ainda em fase de implantação e construções em andamento. Esses bens devem entrar em operação no decorrer do exercício de 2014.

16. Imobilizado--Continuação

Garantia

A Companhia utiliza seus ativos como garantidores dos recursos obtidos junto às instituições financeiras. Apesar de grande parte do ativo imobilizado estar garantindo operações de empréstimos e financiamentos, historicamente a Companhia tem liquidado suas obrigações nos prazos contratuais e as garantias com ativos nunca foram utilizadas. Em 2013 a Companhia utiliza o montante de R\$ 82.090 em garantias (R\$ 62.709 em 2012).

Bens destinados a venda

Como descrito na nota 8.b, a unidade de produção e prestação de serviços de forjaria para terceiros da controlada Polimental foi desativada. As máquinas e equipamentos relacionados a esta linha foram disponibilizados para a venda, sendo que o saldo contábil residual na data da desativação totalizava R\$ 6.451. O valor justo destes bens, menos custos para venda, totalizam R\$ 5.588. A controlada registrou uma perda na designação de bens destinados a venda de R\$ 863 que foi registrado a resultado e o saldo, de R\$ 5.588 foi transferido para a rubrica ativos mantidos para venda.

17. Ativos intangíveis

	Consolidado					
	Ágio	Marcas e patentes	Desenvolvimento de produtos	Implantação de sistemas	Outros intangíveis	Total
Custo						
Saldo em 31 de dezembro de 2012	48.682	3.981	11.697	2.946	737	68.043
Aquisições	-	-	1.717	255	4	1.976
Alocação PPA Heritage	(14.502)	6.046	-	-	8.106	(350)
Imposto de renda sobre alocação PPA	5.366	-	-	-	-	5.366
Baixas	-	-	(1.323)	(657)	-	(1.980)
Efeito das variações das taxas de câmbio	3.470	-	354	-	-	3.824
Saldo em 31 de dezembro de 2013	43.016	10.027	12.445	2.544	8.847	76.879
Saldo em 31 de dezembro de 2012	-	91	4.984	1.700	87	6.862
Amortização do período	-	94	630	483	87	1.294
Baixas	-	-	-	(511)	-	(511)
Amortização do PPA alocado - Heritage	-	-	-	-	1.653	1.653
Saldo em 31 de dezembro de 2013	-	185	5.614	1.672	1.827	9.298
Valor contábil						
Em 31 de dezembro de 2012	48.682	3.890	6.713	1.246	650	61.181
Em 31 de dezembro de 2013	43.016	9.842	6.831	872	7.020	67.581

17. Ativos intangíveis--Continuação

	Controladora			
	Marcas e patentes	Desenvolvimento de produtos	Implantação de sistemas	Total
Custo				
Saldo em 31 de dezembro de 2012	238	9.010	814	10.062
Adições	-	375	241	616
Saldo em 31 de dezembro de 2013	238	9.385	1.055	10.678
Saldo em 31 de dezembro de 2012	-	4.984	246	5.230
Amortização do período	-	630	176	806
Saldo em 31 de dezembro de 2013	-	5.614	422	6.036
Valor contábil				
Em 31 de dezembro de 2012	238	4.026	568	4.832
Em 31 de dezembro de 2013	238	3.771	633	4.642

Teste de redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa contendo ágio

Para o propósito de teste de redução ao valor recuperável, o ágio é alocado às divisões operacionais do Grupo.

Unidade geradora de caixa	2013	2012
Forjas Taurus S.A.	21.194	21.194
Taurus Holdings, Inc.	10.121	18.949
Taurus Blindagens Ltda.	6.823	6.823
Taurus Helmets Indústria Plástica Ltda.	1.045	1.045
Famastil Taurus Ferramentas S.A.	544	544
Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda.	127	127
Total	39.854	48.682

O teste de recuperabilidade para as UGC mencionadas acima são realizados anualmente com base no valor justo menos as despesas de venda, o qual é estimado baseado nos fluxos de caixa descontados. A Administração avalia trimestralmente se há alterações nas premissas que pudessem indicar que há necessidade de provisionamento. Em 2013, não foram identificados indícios de necessidade de provisionamento.

Principais premissas utilizadas nas projeções de fluxos de caixa descontados

As principais premissas utilizadas no cálculo do valor recuperável são a taxa de desconto dos fluxos de caixa e taxas de crescimento. As premissas utilizadas são conforme abaixo:

Unidade geradora de caixa	Taxa de desconto	Taxa de crescimento
	WAAC 2013	2013
Forjas Taurus S.A.	14,26%	9,41%
Taurus Holdings, Inc.	14,26%	7,51%
Taurus Blindagens Ltda.	14,26%	9,82%
Taurus Helmets Indústria Plástica Ltda.	14,26%	6,22%
Famastil Taurus Ferramentas S.A.	14,26%	6,88%
Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda.	14,26%	16,03%

17. Ativos intangíveis--Continuação

Taxa de desconto

A taxa de desconto para todas as UGC são representadas por uma taxa antes dos impostos (*pre-tax rate*) baseada nos títulos de renda fixa do tesouro norte-americano (*T-Bond*) de 20 anos, ajustadas por um prêmio de risco que reflete os riscos de investimentos em títulos patrimoniais e o risco sistemático da Unidade em questão. Foi estimada, baseada na experiência da Administração com os ativos desta UGC, a média ponderada do custo de capital da indústria em que essa UGC atua, a qual foi calculada com base em uma possível relação dívida/patrimônio líquido de 20,41% a uma taxa de juros de mercado de 7,92%.

Taxa de crescimento e perpetuidade

As projeções estão de acordo com o *Business Plan* elaborado pela Administração da Companhia. Espera-se que o crescimento projetado das vendas esteja em linha com a curva observada em anos anteriores e em linha com o crescimento econômico do país. Após o período de projeção, foram considerados o crescimento e percentual constante de crescimento econômico (crescimento na perpetuidade).

Para cálculo da perpetuidade foi adotado uma taxa de crescimento nominal de 5,35% em linha com a expectativa de inflação de longo prazo projetado pelo BACEN e indicadores macroeconômicos publicados no relatório Focus do BACEN e no relatório *Country Forecast do Economist Intelligence Unit* (EIU).

Análise de sensibilidade das premissas

O valor recuperável estimado para as UGCs é superior ao valor contábil de registro do ágio. A Companhia está sujeita a mudanças nas condições de mercado que fogem ao controle da administração e que poderiam acarretar em um valor contábil superior ao valor recuperável, podendo indicar uma eventual necessidade de *impairment*. A tabela abaixo apresenta o limitador, nas condições atuais, das taxas que poderiam resultar no valor recuperável igual ao valor contábil.

Unidade geradora de caixa	Taxa de desconto	Taxa de crescimento
	WAAC	
Forjas Taurus S.A.	31,75%	3,72%
Taurus Holdings, Inc.	38,65%	1,33%
Taurus Blindagens Ltda.	36,12%	3,66%
Taurus Helmets Indústria Plástica Ltda.	49,17%	0,60%
Famastil Taurus Ferramentas S.A.	21,75%	6,27%
Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda.	23,42%	13,24%

Os valores utilizados nas premissas principais representam a melhor estimativa da Administração do futuro do segmento operacional onde atuam cada UGC, baseado em fontes internas (dados históricos) e externas. Para o propósito de teste de redução ao valor recuperável, o ágio é alocado às divisões operacionais do Grupo, que representam o nível mais baixo dentro do Grupo, em que o ágio é monitorado para os propósitos da administração interna, nunca acima dos segmentos operacionais do Grupo.

18. Empréstimos e financiamentos

	Consolidado		Controladora	
	2013	2012	2013	2012
Passivo circulante				
Empréstimos bancários garantidos				
Capital de giro	133.257	113.887	133.257	108.477
Desconto de recebíveis	85	1.556	-	-
FINAME	3.249	6.091	1.686	3.497
FINEP	9.946	10.350	1.919	2.307
BNDES	5	-	5	-
FNE	1.457	1.423	-	-
BNDES Revitaliza	-	578	-	-
BNDES Progeren	30.136	4.902	-	-
Capital de giro USD	176.931	165.573	161.001	164.286
Financiamento aquisição de imobilizado	196	361	196	361
Investimento em USD	1.104	575	-	-
FINIMP	32.164	17.259	26.339	15.185
	388.530	322.555	324.403	294.113
Passivo não circulante				
Empréstimos bancários garantidos				
Capital de giro	52.500	52.501	52.500	52.501
FINAME	6.504	6.731	2.427	3.736
FINEP	28.401	35.932	-	1.916
BNDES	5.206	-	5.205	-
FNE	7.004	8.405	-	-
BNDES Revitaliza	-	2.276	-	-
BNDES Progeren	34.658	27.981	-	-
Capital de giro USD	121.801	106.428	49.688	30.653
Financiamento aquisição de imobilizado	-	164	-	164
Investimento em USD	16.141	14.634	-	-
FINIMP	936	433	605	-
	273.151	255.485	110.425	88.970
	661.681	578.040	434.828	383.083

18. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Termos e cronograma de amortização da dívida

Os termos e condições dos empréstimos em aberto foram os seguintes:

							Consolidado
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013
							2012
							2013

18. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Cronograma de vencimentos do passivo não circulante:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
2014	-	76.710	-	47.614
2015	100.576	40.304	57.871	14.588
2016	43.643	25.894	23.258	13.020
2017	100.411	94.745	20.607	13.013
2018 em diante	28.521	17.832	8.689	735
	273.151	255.485	110.425	88.970

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por notas promissórias, alienação fiduciária de máquinas e equipamentos e hipoteca de imóveis. Os avais concedidos pela controladora e os avais concedidos pela Companhia à suas controladas estão demonstrados na nota explicativa 22 – Partes relacionadas.

Certos contratos de empréstimos e financiamentos firmados pela Companhia e suas controladas contém cláusulas restritivas que limitam certas modificações societárias, entre elas: alteração do controle direto ou indireto da Companhia, redução do capital social da Companhia e/ou da sua controladora, distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos aos acionistas pela Companhia e/ou sua controladora em caso de mora com qualquer das obrigações, redução de capital social da Companhia. Além desses pontos, determinam a manutenção de determinados índices financeiros: endividamento (dívida financeira líquida/EBITDA) inferior a 3,5 vezes; índice de cobertura de juros (EBITDA/despesas financeiras líquidas) igual ou superior a 2,75 vezes. Caso não sejam atendidas as restrições os credores poderão antecipar o vencimento. Todos os índices citados acima são calculados trimestralmente com base nos últimos doze meses. Em 31 de dezembro de 2013 estes índices não foram atendidos, sendo assim, foi reclassificado para o passivo circulante o montante de R\$ 82.431.

19. Debêntures

Em 8 de junho de 2010 e 6 de setembro de 2011, a Companhia celebrou instrumento particular de escritura pública para a 1ª e 2ª emissão de debêntures não conversíveis em ações no valor nominal total de R\$ 103.000 e R\$ 50.000, respectivamente.

As emissões ocorreram em série única, correspondendo a 10.300 debêntures para a 1ª emissão e 200 debêntures para a 2ª emissão, distribuídas no mercado secundário por meio do Sistema Nacional de Debêntures, com esforços restritos de colocação destinada exclusivamente a investidores qualificados.

Para a 1ª emissão o valor nominal unitário será pago em 7 parcelas semestrais, com carência de 12 meses, iniciado em 15 de abril de 2011. Para a 2ª emissão o valor nominal unitário será pago em 13 parcelas trimestrais, com carência de 2 anos, iniciando em 23 de agosto de 2013. Sobre este valor incidirão juros remuneratórios calculados em regime de capitalização composta, correspondentes à variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros acrescida de juros remuneratórios discriminados a seguir:

2013						
	Indexador	Circulante	Não circulante	Custos de transação incorridos	Custos de transação apropriados	Custos de transação a apropriar
Debêntures:						
1ª emissão	Taxa DI + 4,1%	15.008	-	1.424	1.335	89
2ª emissão	Taxa DI + 2,8%	42.557	-	856	598	258
		57.565	-	2.280	1.933	347
2012						
	Indexador	Circulante	Não circulante	Custos de transação incorridos	Custos de transação apropriados	Custos de transação a apropriar
Debêntures:						
1ª emissão	Taxa DI + 4,1%	44.762	-	1.160	1.065	95
2ª emissão	Taxa DI + 2,8%	49.936	-	809	271	538
		94.698	-	1.969	1.336	633

A taxa efetiva de juros da 1ª emissão é 12,78% e da 2ª emissão 12,23%. Para mensuração da taxa efetiva foi considerada a taxa do indexador contratual vigente na data da elaboração das demonstrações financeiras vigentes. As debêntures contam com garantias fidejussórias das controladas da Forjas Taurus S.A. no Brasil, constituídas por meio das fianças concedidas em caráter solidário.

19. Debêntures--Continuação

O instrumento prevê o vencimento antecipado de todas as obrigações objeto da escritura em determinadas circunstâncias, dentre as quais destacam-se: alteração do controle direto ou indireto da Companhia, redução do capital social da Companhia e/ou da sua controladora, distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos aos acionistas pela Companhia e/ou sua controladora em caso de mora com qualquer das obrigações, redução de capital social da Companhia e/ou da Polimetal ⁽¹⁾, realização pela Companhia ou pelas garantidoras de qualquer tipo de venda ou transferência de ativos que tenha impacto igual ou superior a 15% do ativo consolidado da Companhia ou igual ou superior a 20% da receita bruta consolidada da Companhia ⁽²⁾, realização, pela Companhia ou suas subsidiárias, de operação de financiamento, adiantamento ou mútuo, na qualidade de credoras, com qualquer dos seus controladores diretos ou indiretos, exceto com a finalidade exclusiva de refinanciar obrigações constituídas anteriormente à emissão das debêntures, prestação, pela Companhia ou suas subsidiárias, de fianças ou quaisquer tipos de garantia em operações financeiras dos controladores diretos ou indiretos em montantes acima dos já existentes na data de emissão das debêntures, manutenção de índices financeiros mínimos (dívida líquida/EBITDA) igual ou inferior a 3,25 vezes (1ª emissão) e 3 vezes (2ª emissão) e EBITDA/despesas financeiras líquidas igual ou superior a 2,75 vezes (1ª emissão), onde: dívida líquida é igual ao total das dívidas (incluindo avais e garantias) menos as disponibilidades, EBITDA é igual ao lucro antes dos impostos, juros, tributos, depreciação e amortização dos últimos 12 meses e despesas financeiras líquidas, que correspondem ao total de receitas financeiras menos despesas financeiras dos últimos 12 meses, ajustados por itens não recorrentes.

⁽¹⁾ A ocorrência de tais eventos poderá ser aprovada pelos titulares de, no mínimo 2/3 das debêntures em circulação, sem que as obrigações então se tornem vencidas antecipadamente.

⁽²⁾ A ocorrência de tais eventos poderá ser aprovada pelos titulares de, no mínimo 75% das debêntures em circulação, sem que as obrigações então se tornem vencidas antecipadamente.

A administração da Companhia e de suas controladas monitoram estes índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Companhia não atingiu os índices financeiros mínimos, transferindo para o passivo circulante o montante de R\$ 26.923 em decorrência das cláusulas previstas em contrato.

20. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários

A Companhia, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão para perdas com processos judiciais em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso avaliadas como risco provável. Os valores de provisão são registrados no grupo de outras contas a pagar. A composição das contingências está apresentada abaixo:

		Consolidado	
		2013	2012
	Provisão	Depósito judicial (1)	Líquido
		Líquido	Líquido
Trabalhistas	7.061	2.882	4.179
Tributárias			2.223
Federal	4.557	458	4.099
Estadual	388	726	(338)
			1.646
	12.006	4.066	7.940
			3.446
Classificado no passivo circulante	6.897		
Classificado no passivo não circulante	5.109		

		Controladora	
		2013	2012
	Provisão	Depósito judicial (1)	Líquido
		Líquido	Líquido
Trabalhistas	3.135	1.305	1.830
Tributárias			2.201
Federal	-	423	(423)
Estadual	388	726	(338)
			(338)
	3.523	2.454	1.069
			1.440
Classificado no passivo circulante	3.135		
Classificado no passivo não circulante	388		

(1) Registrado em outras contas a receber no ativo não circulante.

20. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários--Continuação

Segue abaixo movimentação das provisões:

	Consolidado		
	Cíveis e trabalhistas	Tributárias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2012	4.689	2.469	7.158
Provisões feitas durante o exercício	2.706	2.476	5.182
Provisões utilizadas durante o exercício	(334)	-	(334)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	7.061	4.945	12.006

	Controladora		
	Cíveis e trabalhistas	Tributárias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2012	3.469	388	3.857
Provisões utilizadas durante o exercício	(334)	-	(334)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	3.135	388	3.523

A Companhia e suas controladas possuem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível ou remoto, no montante consolidado de aproximadamente R\$ 21.840 na controladora e R\$ 65.368 no consolidado (R\$ 10.915 e R\$ 44.287, respectivamente, em 2012) para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. A principal ação individual refere-se a demanda movida por Hunter Douglas NV contra a empresa Wotan Máquinas Ltda. relativo a cobrança originada de contrato de mútuo para financiamento às exportações firmado entre ambas em 2001. A Controlada Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda. figura no pólo passivo da demanda em razão da superveniente locação do parque industrial realizado com a Wotan Máquinas Ltda. no ano de 2004. A Ação é estimada em R\$ 20.000 e o risco de perda é avaliado pelos advogados da Companhia como possível.

A Companhia ajuizou diversas ações visando o reconhecimento de créditos fiscais diversos, cujos valores serão reconhecidos à medida de sua efetiva realização.

21. Instrumentos financeiros

i) Derivativos

A Companhia e suas controladas Taurus Blindagens Ltda., Taurus Helmets Indústria Plástica Ltda. e Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda., mantém operações com instrumentos financeiros derivativos. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado.

Abaixo resumimos nossas posições com instrumentos derivativos:

	Consolidado		Controladora	
	2013	2012	2013	2012
Instrumentos financeiros derivativos ativo	45.212	33.513	45.096	32.925
Instrumentos financeiros derivativos passivo	(9.595)	(7.750)	(9.010)	(6.576)
	35.617	25.763	36.086	26.349

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme o quadro abaixo apresentando derivativos em aberto na data, organizado por vencimento, contraparte, valor nominal e valor justo:

Instrumento/Contratante	Contraparte	Moeda de contratação referente ao valor nominal	2013		2012	
			Nocional em milhares	Valor justo	Nocional em milhares	Valor justo
Swap Fixed x Libor						
Taurus Holdings, Inc.	TD Bank	Dólares Americanos - USD	5.711	(585)	5.711	(1.174)
Swap Pré x CDI						
Forjas Taurus S.A.	Banco Itaú BBA	Reais – BRL	37.356	440	37.356	1.917
Taurus Blindagens Ltda.	Banco Itaú BBA	Reais – BRL	9.652	80	9.652	405
Taurus Helmets Ltda.	Banco Itaú BBA	Reais – BRL	4.355	36	4.355	183
Swap Juros + V.C. USD x CDI + R\$						
Forjas Taurus S.A.	Banco Itaú BBA	Reais – BRL	100.000	40.964	100.000	31.008
Forjas Taurus S.A.	Banco Citibank	Reais – BRL	30.391	3.692	30.391	(150)
Forjas Taurus S.A.	Banco Pine	Reais – BRL	40.000	(7.617)	-	-
Non-deliverable forward (exportação)						
Forjas Taurus S.A.	Bes Investimentos	Dólares Americanos - USD	-	-	16.000	(3.350)
Forjas Taurus S.A.	Banco Itaú BBA	Dólares Americanos - USD	-	-	4.700	(3.076)
Forjas Taurus S.A.	Bes Investimentos	Dólares Americanos - USD	20.000	(1.393)	-	-
				35.617		25.763

21. Instrumentos financeiros--Continuação

i) Derivativos--Continuação

O valor justo não representa a obrigação de desembolso imediato ou recebimento de caixa, uma vez que tal efeito somente ocorrerá nas datas de verificação contratual ou de vencimento de cada operação, quando será apurado o resultado, conforme o caso e as condições de mercado nas referidas datas. Ressalta-se que todos os contratos em aberto em 2013 são operações de mercado de balcão, registradas na CETIP, sem nenhum tipo de margem de garantia ou cláusula de liquidação antecipada forçada por variações provenientes de *Mark to Market (MtM)*.

A seguir, são descritos cada um dos derivativos vigentes e os instrumentos que são objeto de proteção.

Non-deliverable forward (exportação)

Conforme políticas de exportação da Companhia foram contratados instrumentos financeiros derivativos para proteger um percentual da receita de exportação, com alta probabilidade de ocorrência, contra a oscilação do dólar.

Swap Libor + V.C. USD x CDI + R\$

A Companhia possui posições de *swaps* moeda convencionais de *Libor* 6m x CDI com o intuito de fixar o fluxo de pagamento de dívidas atreladas a uma taxa pós-fixada, para uma taxa pós-fixada no mercado interno.

Swap Pré x CDI

A Companhia possui posições de *swaps* convencionais de taxas fixas relacionadas aos Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI (Nota 14) com objetivo de vincular a exposição de taxas de juros a uma taxa pós-fixada no mercado interno.

Swap Juros + V.C. USD x CDI + R\$

A Companhia possui posições de *swaps* convencionais de Depósitos Interbancários (DI) *versus* dólar com o objetivo de atrelar a dívida em reais, atrelada ao DI, para uma dívida fixa em dólar. Nesse mesmo sentido, a Companhia possui posições de *swaps* convencionais de dólar *versus* DI com o objetivo de atrelar a dívida em dólar a uma dívida em reais atrelada ao DI. Tais *swaps* estão atrelados às dívidas no que diz respeito a valores, prazos e fluxo de caixa.

21. Instrumentos financeiros--Continuação

ii) Riscos

a) *Riscos de crédito*

Exposição a riscos de crédito

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Consolidado	
	Valor contábil	
	2013	2012
Ativos financeiros mantidos até o vencimento		
Recebíveis de clientes	179.814	168.240
Demais empréstimos e recebíveis	20.691	27.950
Caixa e equivalentes de caixa	281.119	180.781
Contratos de câmbio a termo e <i>swaps</i> de taxa de juros utilizados para <i>hedge</i> ativo	45.212	33.513
Total	526.836	410.484

	Controladora	
	Valor contábil	
	2013	2012
Ativos financeiros mantidos até o vencimento		
Recebíveis de clientes	175.243	60.545
Demais empréstimos e recebíveis	16.905	18.889
Caixa e equivalentes de caixa	27.874	101.560
Contratos de câmbio a termo e <i>swaps</i> de taxa de juros utilizados para <i>hedge</i> ativo	45.096	32.925
Total	265.118	213.919

Exposição a riscos de crédito

A exposição máxima ao risco de crédito para recebíveis de clientes na data do relatório por região geográfica foi:

	Consolidado		Controladora	
	Valor contábil		Valor contábil	
	2013	2012	2013	2012
Doméstico – recebíveis de clientes	84.788	80.844	20.622	30.911
Estados Unidos – recebíveis de clientes	79.346	69.765	142.465	13.379
Outros	15.680	17.631	12.156	16.255
Total	179.814	168.240	175.243	60.545

A exposição máxima ao risco de crédito para empréstimos e recebíveis na data do relatório por tipo de contraparte foi:

	Consolidado		Controladora	
	Valor contábil		Valor contábil	
	2013	2012	2013	2012
Clientes – órgãos públicos	33.745	26.924	27.971	19.919
Clientes – distribuidores	135.153	99.058	146.276	21.117
Clientes finais	10.916	42.258	996	19.509
Total	179.814	168.240	175.243	60.545

21. Instrumentos financeiros--Continuação

Perdas por redução no valor recuperável

O vencimento dos empréstimos e recebíveis concedidos na data das demonstrações financeiras era:

	Consolidado			
	Bruto	Bruto	Impairment	Impairment
	2013	2012	2013	2012
Não vencidos	158.818	140.422	-	-
Vencidos há 0-30 dias	990	1.142	-	-
Vencidos há 31-360 dias ⁽¹⁾	2.813	4.546	(1.883)	(410)
Vencidos há mais de um ano	17.193	22.130	(16.271)	(18.983)
Total	179.814	168.240	(18.154)	(19.393)

(1) Parcela substancial dos valores atrasados refere-se a vendas a órgãos públicos com atrasos médios de pagamentos de até 90 dias, considerado usual pela Administração da Companhia para clientes do setor público.

	Controladora			
	Bruto	Bruto	Impairment	Impairment
	2013	2012	2013	2012
Não vencidos	169.540	49.591	-	-
Vencidos há 0-30 dias	569	4.644	-	-
Vencidos há 31-360 dias ⁽¹⁾	1.603	3.294	(399)	(410)
Vencidos há mais de um ano	3.531	3.016	(3.196)	(2.332)
Total	175.243	60.545	(3.595)	(2.742)

(1) Parcela substancial dos valores atrasados refere-se a vendas a órgãos públicos com atrasos médios de pagamentos de até 90 dias, considerado usual pela Administração da Companhia para clientes do setor público.

Com base nas taxas de inadimplência históricas, a Companhia acredita que nenhuma provisão para redução no valor recuperável é necessária com relação a contas a receber de clientes não vencidas ou vencidas até 30 dias; grande parte do saldo, que inclui o montante devido pelos clientes mais importantes da Companhia, está relacionado a clientes que possuem um bom histórico de pagamento com a mesma.

Os outros valores a receber referem-se a valores a receber de diversas naturezas, com vencimentos inferiores há um ano e com baixo risco de crédito.

a) Risco de liquidez

A seguir, estão apresentados os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida. A posição considera parcelas no curto prazo em função de não atendimento de *covenant*.

21. Instrumentos financeiros--Continuação

ii) Riscos--Continuação

b) *Risco de liquidez*--Continuação

Consolidado						
2013						
	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual	Até 1 ano	1-2 anos	2-5 anos	Acima de 5 anos
Passivos financeiros não derivativos						
Fornecedores	32.978	32.978	32.978	-	-	-
Empréstimos bancários garantidos	661.681	744.177	416.440	117.318	186.083	24.336
Títulos de dívida emitidos	57.565	64.997	64.997	-	-	-
Certificado de recebíveis imobiliários	19.606	22.516	22.516	-	-	-
Adiantamento de recebíveis	115.972	115.972	115.972	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos						
Instrumentos derivativos (ativos)	(45.212)	(45.212)	(45.212)	-	-	-
Instrumentos derivativos (passivos)	9.595	9.595	9.595	-	-	-
	852.185	945.023	617.286	117.318	186.083	24.336

Consolidado						
2012						
	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual	Até 1 ano	1-2 anos	2-5 anos	Acima de 5 anos
Passivos financeiros não derivativos						
Fornecedores	34.958	34.958	34.958	-	-	-
Empréstimos bancários garantidos	578.040	629.667	330.372	88.471	210.369	455
Títulos de dívida emitidos	94.698	99.459	99.459	-	-	-
Certificado de recebíveis imobiliários	28.711	35.690	35.690	-	-	-
Saques cambiais	5.128	5.188	5.188	-	-	-
Adiantamento de recebíveis	26.375	26.375	26.375	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos						
Instrumentos derivativos (ativos)	(33.513)	(33.513)	(33.513)	-	-	-
Instrumentos derivativos (passivos)	7.750	7.750	7.750	-	-	-
	742.147	805.574	506.279	88.471	210.369	455

Controladora						
2013						
	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual	Até 1 ano	1-2 anos	2-5 anos	Acima de 5 anos
Passivos financeiros não derivativos						
Fornecedores	63.487	63.487	63.487	-	-	-
Empréstimos bancários garantidos	434.828	486.876	348.332	67.598	67.935	3.011
Títulos de dívida emitidos	57.565	64.997	64.997	-	-	-
Adiantamento de recebíveis	71.040	71.040	71.040	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos						
Instrumentos derivativos (ativos)	(45.096)	(45.096)	(45.096)			
Instrumentos derivativos (passivos)	9.010	9.010	9.010			
	590.834	650.314	511.770	67.598	67.935	3.011

21. Instrumentos financeiros--Continuação

ii) Riscos--Continuação

b) *Risco de liquidez*--Continuação

	Controladora					
	2012					
	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual	Até 1 ano	1-2 anos	2-5 anos	Acima de 5 anos
Passivos financeiros não derivativos						
Fornecedores	40.742	40.742	40.742	-	-	-
Empréstimos bancários garantidos	383.083	408.347	302.514	56.086	49.476	271
Títulos de dívida emitidos	94.698	99.459	99.459	-	-	-
Saques cambiais	5.128	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos						
Instrumentos derivativos (ativos)	(32.925)	(32.925)	(32.925)	-	-	-
Instrumentos derivativos (passivos)	6.576	6.576	6.576	-	-	-
	497.302	522.199	416.366	56.086	49.476	271

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

21. Instrumentos financeiros--Continuação

ii) Riscos--Continuação

c) *Risco de moeda (cambial)*

A exposição da Companhia ao risco de moeda estrangeira era a seguinte (em valores nominais):

	Consolidado	
	USD mil	
	2013	2012
Contas a receber	45.914	42.768
Saques cambiais	-	(2.509)
Empréstimos bancários garantidos	(149.096)	(149.463)
Fornecedores exterior	(5.723)	(6.170)
Exposição líquida do balanço patrimonial	(108.905)	(115.374)

Na exposição ao risco cambial consolidado estão considerados os empréstimos bancários garantidos da Taurus Holdings, Inc. o montante de USD 45.381 em 2013 (USD 45.153 em 2012).

	Controladora	
	USD mil	
	2013	2012
Contas a receber	4.302	7.954
Contas a receber – partes relacionadas no exterior	63.269	6.547
Saques cambiais	-	(2.509)
Empréstimos bancários garantidos	(101.524)	(103.082)
Fornecedores exterior	(738)	(957)
Exposição líquida do balanço patrimonial	(34.691)	(92.047)

As seguintes taxas de câmbio foram aplicadas durante o exercício de 2013 e o exercício de 2012:

	Taxa média		Taxa à vista	
	2013	2012	2013	2012
R\$/USD	2,1741	1,9588	2,3426	2,0435

21. Instrumentos financeiros--Continuação

ii) Riscos--Continuação

c) *Risco cambial*--Continuação

Análise de sensibilidade

Uma depreciação do Real contra o Dólar norte-americano em 2013 teria reduzido o patrimônio e o resultado de acordo com os montantes demonstrados abaixo. Esta análise é baseada na expectativa da taxa de câmbio de moeda estrangeira para o final do exercício, que é de R\$ 2,40 (cenário provável), com base no relatório Focus de 03 de janeiro de 2014, emitido pelo Banco Central do Brasil. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente as taxas de juros, são mantidas constantes.

	Consolidado		Controladora	
	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
31 de dezembro de 2013				
R\$/USD (taxa projetada 2,40)	(6.251)	(6.251)	(1.991)	(1.991)
R\$/USD (25% - taxa projetada 3,00)	(71.594)	(71.594)	(22.806)	(22.806)
R\$/USD (50% - taxa projetada 3,60)	(136.937)	(136.937)	(43.620)	(43.620)

d) *Risco de taxa de juros*

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa fixa

A Companhia não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data de relatório não alteraria o resultado.

21. Instrumentos financeiros--Continuação

ii) Riscos--Continuação

d) *Risco de taxa de juros*--Continuação

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Os saldos de instrumentos expostos a variação de taxa são abaixo sumariados:

	Consolidado	
	Valor contábil	
	2013	2012
Instrumentos de taxa fixa		
Passivos financeiros	127.012	133.281
Instrumentos de taxa variável		
Ativos financeiros	119.667	185.350
Passivos financeiros	621.435	579.871

	Controladora	
	Valor contábil	
	2013	2012
Instrumentos de taxa fixa		
Passivos financeiros	35.220	21.917
Instrumentos de taxa variável		
Ativos financeiros	68.868	129.805
Passivos financeiros	466.183	467.566

Uma alteração de 10 pontos percentuais na base das taxas de juros, na data das demonstrações financeiras, teria aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do exercício sobre o saldo de juros não liquidado de acordo com os montantes mostrados a seguir. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente quanto à moeda estrangeira, são mantidas constantes. A análise é conduzida com a mesma base para 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012.

21. Instrumentos financeiros--Continuação

ii) Riscos--Continuação

d) *Risco de taxa de juros--Continuação*

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável--Continuação

	Consolidado	
	Patrimônio líquido e resultado do exercício	
	2013	2012
Alteração na taxa de juros sobre financiamentos	(2.741)	(2.418)
Alteração na taxa de juros sobre aplicações financeiras	363	523

	Controladora	
	Patrimônio líquido e resultado do exercício	
	2013	2012
Alteração na taxa de juros sobre financiamentos	(2.082)	(1.380)
Alteração na taxa de juros sobre aplicações financeiras	116	334

iii) Valor justo versus valor contábil

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	Consolidado			
	2013		2012	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos mensurados pelo valor justo				
Contratos de câmbio a termo e <i>Swap</i> da taxa de juros utilizada para operações de <i>hedge</i>	45.212	45.212	33.513	33.513
Ativos mensurados pelo custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	281.119	281.119	180.781	180.781
Contas a receber	161.660	161.660	148.847	148.847
Títulos a receber	580	580	-	-
	443.359	443.359	329.628	329.628
Passivos mensurados pelo valor justo				
Contratos de câmbio a termo e <i>Swap</i> da taxa de juros utilizada para operações de <i>hedge</i>	9.595	9.595	7.750	7.750
Passivos mensurados pelo custo amortizado				
Empréstimos bancários garantidos	661.681	621.487	578.040	562.443
Emissão de títulos de dívida	57.565	59.212	94.698	96.195
Saques cambiais	-	-	5.128	5.018
Fornecedores e adiantamento de recebíveis	148.950	148.950	61.333	61.333
Antecipação de créditos imobiliários	19.606	20.512	28.711	29.823
	887.802	850.161	767.910	754.812

21. Instrumentos financeiros--Continuação

iii) Valor justo versus valor contábil

	Controladora			
	2013		2012	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor Justo
Ativos mensurados pelo valor justo				
Contratos de câmbio a termo e <i>Swap</i> da taxa de juros utilizada para operações de <i>hedge</i>	45.096	45.096	32.925	32.925
Ativos mensurados pelo custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	27.874	27.874	101.560	101.560
Contas a receber e outros recebíveis	175.243	175.243	57.803	57.803
	203.117	203.117	159.363	159.363
Passivos mensurados pelo valor justo				
Contratos de câmbio a termo e <i>Swap</i> da taxa de juros utilizada para operações de <i>hedge</i>	9.010	9.010	6.576	6.576
Passivos mensurados pelo custo amortizado				
Empréstimos bancários garantidos	434.828	423.207	383.083	382.531
Emissão de títulos de dívida	57.565	59.212	94.698	96.195
Saques cambiais	-	-	5.128	5.018
Fornecedores e outras contas a pagar	134.527	134.527	40.742	40.742
	626.920	616.946	523.651	524.486

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. As taxas de juros, utilizadas para descontar fluxos de caixa estimados, quando aplicável, baseadas nas taxas projetadas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) na data das demonstrações financeiras. Parcela substancial dos empréstimos é contratada com taxas pós fixadas. As taxas observáveis em operações recentes são similares as contratuais.

Os efeitos de ganho e perda apenas relacionados a instrumentos financeiros derivativos, não classificados como contabilidade de *hedge*, estão divulgados na nota de receita e despesa financeira, em linha específica. A companhia não apresentou ganhos ou perdas com os instrumentos não derivativos visto que os mesmos são mensurados pelo custo amortizado.

21. Instrumentos financeiros--Continuação

iii) Valor justo versus valor contábil

De acordo com os critérios de classificação hierárquica para determinação do valor justo, onde: nível 1 corresponde a preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos, nível 2 corresponde a *inputs*, exceto preços cotados, incluídas no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços) e nível 3 refere-se a premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis), a Companhia classificou contabilmente os valores justos dos instrumentos financeiros como sendo de nível 2.

iv) Hedge Accounting

As operações de contratos a termo (NDF), opções (*Zero Cost Collar*) e de pré-pagamentos são fixadas visando proteger a exposição das vendas futuras em dólar. Há ainda as operações de Finimp, contratadas com o objetivo de proteger a exposição das compras futuras em dólar. A Companhia aplicou política de *Hedge* para estas transações em junho de 2012, tendo descontinuado sua aplicação em dezembro do mesmo ano.

As demais operações com derivativos, embora também sejam instrumentos de *hedge*, não estão registradas na forma de *hedge accounting* e, portanto, os seus efeitos estão registrados no resultado do exercício, nas rubricas de receitas ou despesas financeiras.

21. Instrumentos financeiros--Continuação

iv) Hedge Accounting--Continuação

A seguir apresentamos detalhamento com o cronograma de vencimento das operações de derivativos e variação cambial diferida, que estão enquadradas na metodologia de “*hedge accounting*”. Os montantes protegidos por tais instrumentos (objeto) são de valores e prazos similares.

Vencimento	Moeda	Contratos a termo (NDF)	Operações com opções (Zero Cost Collar)	Pré-pagamento de exportação (PPE)	FINIMP	Total
Até 31/03/2013	USD	3.900	-	-	1.387	5.287
Até 30/06/2014	USD	800	-	-	3.000	3.800
Até 31/12/2014	USD	-	-	-	-	-
Até 31/12/2015	USD	-	-	833	-	833
Até 31/03/2016	USD	-	-	833	-	833
Até 31/03/2017	USD	-	-	834	-	834
TOTAL	USD	4.700	-	2.500	4.387	11.587

A seguir estão apresentados, por seu valor justo, os ganhos e perdas consolidados no período, agrupados pelas principais categorias de riscos:

Descrição	Moeda	Perdas registradas no Resultado				Perdas registradas no patrimônio líquido	
		Alocado na receita bruta em		Alocado no resultado financeiro em			
		2013	2012	2013	2012	2013	2012
Contratos a termo (NDF)	R\$	-	(693)	(557)	(2.689)	-	(557)
Operações de opções (Zero Cost Collar)	R\$	-	(223)	-	-	-	-
Pré-pagamento de exportação (PPE)	R\$	-	-	(554)	-	-	(554)
Finimp	R\$	-	-	(352)	(354)	-	(352)
TOTAL	R\$	-	(916)	(1.463)	(3.043)	-	(1.463)

Os efeitos de perda relativos a *hedge* de fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2012, no valor de R\$ 1.463, foram alocados ao Patrimônio Líquido, deduzidos dos efeitos de imposto de renda e contribuição social no valor de R\$ 498.

22. Partes relacionadas

	Saldos das controladas em aberto com a controladora					Efeito de resultado das transações das controladas com a controladora	
	Ativo circulante	Ativo não circulante (créditos com pessoas ligadas)	Total de ativo	Passivo circulante (*)	Total de passivo	Receita	Despesa
31 de dezembro de 2012							
Taurus Blindagens Ltda.	-	-	-	2.594	2.594	-	2.124
Taurus Holdings, Inc. (nota 10)	13.379	-	13.379	699	699	244.809	3.997
Taurus Security Ltda.	-	547	547	-	-	-	-
Taurus Investimentos Imobiliários Ltda. (**)	5.811	-	5.811	-	-	-	4.694
Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda.	-	114.033	114.033	-	-	-	-
Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda. (***)	8.102	-	8.102	24.156	24.156	7.921	103.726
	27.292	114.580	141.872	27.449	27.449	252.730	114.541
31 de dezembro de 2013							
Taurus Blindagens Ltda.	-	-	-	-	-	-	12
Taurus Holdings, Inc. (nota 10)	148.215	-	148.215	15.635	15.635	248.265	4.542
Taurus Security Ltda.	-	547	547	-	-	-	-
Taurus Investimentos Imobiliários Ltda. (**)	5.811	-	5.811	-	-	-	4.914
Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda.	196	20.568	20.764	-	-	-	-
Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda. (***)	6.494	-	6.494	50.798	50.798	3.558	78.064
	160.716	21.115	181.831	66.433	66.433	251.823	87.532

(*) Registrados como contas a pagar

(**) Alienação de imobilizado da controladora para a controlada.

(***) Montante registrado nas rubricas de clientes e outras contas a receber no ativo circulante

As operações envolvendo a Companhia e a controlada Taurus Holdings, Inc., referem-se a vendas de armas para serem comercializadas pela controlada no mercado americano.

Em relação às operações envolvendo a Companhia e a controlada Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda., referem-se a compra de produtos em processo, uma vez que a controlada realiza uma parte do processo produtivo do segmento de armas.

22. Partes relacionadas--Continuação

As transações realizadas com partes relacionadas observam condições de preços e prazos efetuados de acordo com o pactuado entre as partes.

A controlada Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda. possui contrato de mútuo a pagar com a controladora Forjas Taurus S.A. no valor de R\$ 20.568 em 2013 (R\$ 114.033 em 2012). Parte do saldo de mútuo foi utilizado pela Controladora para aumento do capital da Taurus Máquinas-Ferramenta em novembro de 2013. A controlada Taurus Security Ltda. possui contrato de mútuo com a controladora Forjas Taurus S.A. no valor de R\$ 547 em 2013 (R\$ 547 em 2012). Os contratos não tem atualização monetária ou taxas de juros.

Remuneração de pessoal-chave da administração

Em 2013, a remuneração do pessoal-chave da administração totalizou R\$ 20.682 (R\$ 19.810 em 2012), e inclui salários, honorários e benefícios.

Remuneração de pessoal-chave da administração compreende:

	Consolidado		Controladora	
	2013	2012	2013	2012
Remuneração e benefícios dos diretores estatutários e Conselho de Administração	10.296	10.268	10.296	10.268
Remuneração de pessoal-chave	10.386	9.542	5.373	4.643
Total	20.682	19.810	15.669	14.911

A Companhia não possui políticas de benefícios de remuneração ao pessoal-chave da administração que se caracterizem como: benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho, remuneração com base em ações ou outros benefícios de longo prazo.

22. Partes relacionadas--Continuação

Operações de diretores e pessoal-chave da administração

Os diretores e pessoal-chave da administração controlam diretamente 45,02% das ações com direito de voto da Companhia.

Algumas pessoas-chave da administração detêm quotas em outras entidades, fazendo com que tenham controle ou influência significativa sobre as políticas financeiras ou operacionais destas entidades. Não houve transações entre a companhia e estas partes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, exceto salários.

Avais entre partes relacionadas

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por notas promissórias, alienação fiduciária de máquinas e equipamentos e hipoteca de imóveis. Os avais concedidos pela Companhia à suas controladas estão demonstrados a seguir:

	2013	2012
Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda	16.246	-
Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda.	-	5.410
Taurus Holdings, Inc.	106.309	92.271
	<u>122.555</u>	<u>97.681</u>

23. Patrimônio líquido (controladora)

a) Capital social

O Capital social em 31 de dezembro de 2013 totaliza R\$ 257.797 (R\$ 257.797 em 2012).

Ações preferenciais

Ações preferenciais não dão direito a voto ou dividendos diferenciados e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social.

Ações autorizadas (em milhares de ações)

	2013	2012
Ações ordinárias	51.851	51.851
Ações preferenciais	103.702	103.702
	<u>155.553</u>	<u>155.553</u>

23. Patrimônio líquido (controladora)--Continuação

Ações emitidas e totalmente integralizadas

	Ordinárias		Preferenciais	
	Quantidade em milhares	R\$ mil	Quantidade em milhares	R\$ mil
Em 31 de dezembro de 2012				
ON - R\$ 3,25 - PN - R\$ 2,90*	47.138	153.199	94.275	273.398
Em 31 de dezembro de 2013				
ON - R\$ 2,66 - PN - R\$ 2,28*	47.138	125.387	94.275	214.947

*Cotação da última transação da ação na data indicada, multiplicada pelo total de ações existentes na mesma data.

b) Ações em tesouraria

Refere-se ao capital recomprado. O valor da remuneração paga, o qual inclui custos diretamente atribuíveis, líquido de quaisquer efeitos tributários. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e o excedente ou o *déficit* resultantes são transferidos para os/dos prejuízos acumulados. A companhia apresentou prejuízos em 2013 e 2012 e, como consequência, não apresenta reservas de lucro em montante suficiente para a manutenção de ações em tesouraria. A Administração da companhia está estruturando plano para a regularização de suas ações em Tesouraria.

c) Reservas

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reserva estatutária e retenção de lucros

Reserva para investimentos - constituída para fazer face aos investimentos a serem realizados nos exercícios seguintes, conforme orçamento de capital.

Ajustes de avaliação patrimonial

A reserva para ajustes de avaliação patrimonial inclui ajustes por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição para o IFRS. Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado do exercício integral ou parcialmente pela depreciação dos itens a que se referem ou quando da alienação dos ativos.

23. Patrimônio líquido (controladora)--Continuação

c) Reservas--Continuação

Ajustes acumulados de conversão

Ajustes acumulados de conversão incluem todas as diferenças de moeda estrangeira decorrentes da conversão das demonstrações financeiras de operações no exterior.

d) Resultado por ação

O resultado por ação básico foi calculado com base no resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia em 2013 e a respectiva quantidade média de ações ordinárias em circulação neste período, comparativamente com o período de 2012 conforme o quadro a seguir:

	2013	2012
Resultado do período de operações em continuidade	(80.310)	17.781
Resultado líquido das operações descontinuadas	-	(134.991)
Lucro/Prejuízo atribuível aos acionistas	(80.310)	(117.210)
Saldo no início do exercício	141.412.617	141.412.617
Aumento de capital e aumento da quantidade de ações – média ponderada	-	-
Efeito de compra de ações próprias – média ponderada	-	-
Efeito do desdobramento das ações – média ponderada	-	-
Média ponderada de ações	141.412.617	141.412.617
Resultado por ação básico e diluído – R\$	(0,5679)	(0,8288)
Resultado por ação básico e diluído – operações em continuidade – R\$	(0,5679)	0,1257

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações em circulação no respectivo período. Em 2013, a Companhia apresenta o resultado por ação diluído em mesmo montante que o cálculo básico, pois não existem instrumentos financeiros com direito a conversibilidade em ações e suas ações ordinárias não possuem distinção na participação dos lucros.

24. Receita líquida de vendas

	Consolidado		Controladora	
	2013	2012	2013	2012
Vendas de produtos	935.446	834.842	435.163	437.127
Prestação de serviços	138	896	100	183
Total de receita bruta	935.584	835.738	435.263	437.310
Impostos sobre vendas	(115.747)	(120.017)	(33.326)	(48.466)
Devoluções e abatimentos	(12.497)	(14.750)	(17.837)	(5.700)
Total de receita operacional líquida	807.340	700.971	384.100	383.144

25. Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas

	Consolidado		Controladora	
	2013	2012	2013	2012
Outras despesas operacionais				
Pesquisa e desenvolvimento	(1.009)	(2.992)	(1.009)	(2.986)
Custo de imobilizados baixados	(5.110)	(3.086)	(1.191)	(2.538)
Amortização do intangível	(986)	(709)	(803)	(674)
Participação dos trabalhadores no lucro	(1.189)	(3.990)	(374)	(2.170)
Capacidade ociosa	(820)	(1.337)	-	-
Provisão para <i>impairment</i> de imobilizado	-	(13.522)	-	-
Perda por desvalorização de ativos	(864)	(2.047)	-	-
Notificação fiscal	-	(5.831)	-	-
Provisão para perda títulos Renill	(3.539)	-	-	-
Provisão para perda estoques	(3.097)	-	-	-
Provisões para perda da TMFL	(2.299)	-	-	-
Outras	(11.893)	(7.770)	(4.778)	(3.298)
	(30.806)	(41.284)	(8.155)	(11.666)
Outras receitas operacionais				
Incentivos fiscais	2.419	2.887	-	-
Outras receitas operacionais	8.270	5.100	2.717	2.497
	10.689	7.987	2.717	2.497
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	(20.117)	(33.297)	(5.438)	(9.169)

26. Receitas e despesas financeiras

	Consolidado		Controladora	
	2013	2012	2013	2012
Despesas financeiras				
Juros	(59.817)	(51.678)	(44.626)	(39.560)
Variações cambiais	(70.496)	(52.520)	(67.604)	(51.832)
IOF	(931)	(431)	(83)	(27)
Swap sobre operações financeiras	(34.004)	(23.575)	(32.851)	(23.446)
Outras despesas	(10.483)	(6.693)	(3.627)	(4.260)
	(175.731)	(134.897)	(148.791)	(119.125)
Receitas financeiras				
Juros	9.343	14.571	4.688	6.146
Variações cambiais	38.342	34.914	35.963	33.851
Swap sobre operações financeiras	43.560	38.073	42.985	37.840
Outras receitas	10.891	2.790	2.388	501
	102.136	90.348	86.024	78.338
Resultado financeiro líquido	(73.595)	(44.549)	(62.767)	(40.787)

27. Despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada abaixo:

	Consolidado		Controladora	
	2013	2012	2013	2012
Prejuízo contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	(57.566)	(95.377)	(79.700)	(116.542)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social: Pela alíquota fiscal combinada	19.572	32.428	27.098	39.624
Adições permanentes:				
Despesas não dedutíveis	(338)	(421)	(336)	(420)
Exclusões permanentes:				
Receitas isentas de impostos – Equivalência patrimonial	(459)	298	166	(37.129)
Outras – Lei nº 11.196/05	176	300	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	1.416	-	1.416
Prejuízo fiscal não reconhecido	(27.664)	(34.936)	(10.785)	(4.260)
Ajuste preço de transferência	(10.836)	-	(10.836)	-
Provisões indedutíveis	(5.745)	(20.653)	(4.638)	-
Outros itens (*)	2.550	(265)	(1.279)	101
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(22.744)	(21.833)	(610)	(668)
Composição do imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício:				
Corrente	(21.418)	(23.110)	-	-
Diferido (Nota 13)	(1.326)	1.277	(610)	(668)
	(22.744)	(21.833)	(610)	(668)
Alíquota efetiva	-39,51%	-22,89%	-0,77%	-0,57%

(*) Contempla efeitos de alíquota diferenciada de controladas tributadas pelo lucro presumido.

Medida provisória 627/2013

Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB 1.397 (IN 1.397) e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória 627 (MP 627) que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exerça tal opção. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT.

27. Despesa com imposto de renda e contribuição social--Continuação

Medida provisória 627/2013--Continuação

A Companhia preparou um estudo dos potenciais efeitos da aplicação da MP 627 e IN 1.397 e concluiu que não resultam em efeitos relevantes em suas operações e em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, baseada na nossa melhor interpretação do texto corrente da MP. A possível conversão da MP 627 em Lei pode resultar em alteração na nossa conclusão. A Companhia aguarda a definição das emendas à MP 627 para que possa optar ou não pela sua adoção antecipada no exercício fiscal de 2014.

28. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. A suficiência da cobertura de seguros é determinada pela administração da Companhia, que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

Em 2013, a cobertura de seguros para a Companhia era a seguinte:

	2013	
	Consolidado	Controladora
Danos materiais	260.710	82.358
Responsabilidade civil	43.139	8.000
Lucros cessantes	5.841	-

29. Despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado consolidado por função. Conforme requerido pelo IFRS, apresenta, a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado consolidado por natureza:

	Consolidado		Controladora	
	2013	2012	2013	2012
Despesas por função				
Custo dos produtos vendidos	(565.619)	(434.237)	(311.813)	(275.683)
Despesas com vendas	(126.341)	(89.419)	(47.399)	(32.249)
Despesas gerais e administrativas	(77.885)	(60.730)	(35.895)	(32.594)
Outras despesas operacionais (Nota 25)	(30.806)	(41.284)	(8.155)	(11.666)
	(800.651)	(625.670)	(403.262)	(352.192)
Despesas por natureza				
Depreciação e amortização	(35.307)	(31.241)	(11.925)	(11.810)
Despesas com pessoal	(152.632)	(144.686)	(125.611)	(115.274)
Matéria prima e materiais de uso e consumo	(430.844)	(337.089)	(197.647)	(165.197)
Frete	(21.834)	(13.600)	(8.742)	(10.850)
Comissões	(27.478)	(19.778)	(6.357)	(10.243)
Serviços de terceiros	(18.757)	(15.378)	(9.536)	(11.317)
Propaganda e publicidade	(14.741)	(11.559)	(1.894)	(2.447)
Pesquisa e desenvolvimento	(1.009)	(2.992)	(1.009)	(2.986)
Amortização do intangível	(986)	(709)	(803)	(674)
Provisão para perda títulos Renill	(3.539)	-	-	-
Despesas com garantia de produto	(32.273)	(6.448)	(19.541)	(1.745)
Capacidade ociosa	(820)	(1.337)	-	-
Provisão para <i>impairment</i> de imobilizado	-	(13.522)	-	-
Outras despesas	(60.431)	(27.331)	(20.197)	(19.649)
	(800.651)	(625.670)	(403.262)	(352.192)

30. Combinação de negócios

Aquisição da Heritage Manufacturing, Inc.

Em 02 de maio de 2012, a controlada Taurus Holdings, Inc. adquiriu, por USD10 milhões o controle integral do capital da Heritage Manufacturing, Inc., com sede em Opa Locka, Florida, empresa que atua na fabricação de revólveres *Single Action*. Com esta transação a Companhia visa complementar seu portfólio de produtos no mercado americano. A contraprestação foi integralmente paga em dinheiro, não sendo assumido nenhum passivo em conexão com a transação, bem como não há contraprestação contingente.

Abaixo segue o resumo da apuração do ágio, considerando o balanço patrimonial da Heritage a valor justo, em 02 de maio de 2012. O valor justo foi apurado por empresa especializada.

	R\$ mil
Ativo imobilizado	1.660
Ativo intangível	14.152
Outros ativos	4.647
Impostos diferidos	(5.366)
Passivos	(1.746)
Total de ativos identificáveis líquido	13.347
(-) Valor da contraprestação	(19.256)
Ágio pago (<i>Goodwill</i>)	(5.909)

Em 2012 a Heritage contribuiu para o consolidado com receitas de R\$ 14.994 e lucro antes dos impostos de R\$ 5.211. Se a combinação de negócios tivesse ocorrido no início do exercício, as receitas da Heritage teriam contribuído para as receitas consolidadas aproximadamente R\$ 23.446, e o lucro das operações teria sido aumentado em aproximadamente R\$ 8.151.

Os custos relacionados com as aquisições foram reconhecidos no resultado como despesas administrativas.

Aquisição da Steelinject - Injeção de Aços Ltda.

Empresa adquirida em 1 de janeiro de 2012 pelo valor de R\$ 14.000, gerando um ágio de R\$ 126, o processo de alocação foi concluído em dezembro de 2012.

Desde a data de aquisição a Steelinject - Injeção de Aços Ltda. contribuiu para o consolidado no ano de 2012 com receitas de R\$ 9.094 e lucro antes dos impostos de R\$ 1.232.

Esta empresa foi incorporada pela controlada Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda. em Julho de 2013.